



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

INSTITUTO DO ALGODÃO DE MOÇAMBIQUE

PLANO ESTRATÉGICO PARA DESENVOLVIMENTO DO SECTOR AGRÁRIO (PEDSA)

PROGRAMA DE AUMENTO DA PRODUÇÃO ORIENTADA AO MERCADO

SUB PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DA CADEIA DE
VALOR DO ALGODÃO EM MOÇAMBIQUE

Rev. 30/03/2011, ao Conselho Consultivo do MINAG

Maputo, Março de 2011

Índice	Página
I. SUMÁRIO EXECUTIVO	3
II. FUNDAMENTAÇÃO.....	8
III. FORMULAÇÃO DO PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DA CADEIA DE VALOR DO ALGODÃO EM MOÇAMBIQUE	9
IV. CONTEXTO.....	11
4.1. Antecedentes	11
4.2. Situação Actual.....	17
V. ANÁLISE DE LIMITANTES E OPORTUNIDADES.....	21
5.1. Limitantes para Desenvolvimento do Subsector	21
5.2. Oportunidades que o Subsector do Algodão Oferece	22
VI. CAUSAS DO DECLÍNIO DA PRODUÇÃO DO ALGODÃO EM MOÇAMBIQUE	24
6.1. Baixa Competitividade do Algodão em Relação a Outras Culturas	24
6.2. Variabilidade de Factores Climáticos na Produção do Algodão	26
6.3. Fraqueza dos Elementos Internos Organizacionais	26
6.4. Baixo Aproveitamento Local dos Subprodutos do Algodão	28
VII. REVITALIZAÇÃO DA CADEIA DE VALOR DO ALGODÃO.....	29
7.1. Pressupostos do Sub - programa	29
7.1.1. Declaração do sub- programa.....	29
7.1.2. Visão do Subsector.....	29
7.1.3. Missão do IAM	32
7.1.4. Valores do IAM.....	32
7.2. Objectivos	33
7.2.1. Objectivo geral	33
7.2.2. Objectivos específicos.....	33

7.3.	Actividades Estratégicas para Revitalização da Cadeia de Valor do Algodão	35
7.3.1.	Actividades estratégicas para o objectivo “aumentar a produção, produtividade e qualidade do algodão moçambicano”	35
7.3.2.	Actividades estratégicas para o objectivo “melhorar o comércio e marketing do algodão moçambicano e seus sub-produtos”	51
7.3.3.	Actividades estratégicas para o objectivo “promover a agregação de valor, através da revitalização da indústria têxtil e relançamento do processamento dos produtos e subprodutos do algodão”	57
7.3.4.	Actividades Estratégicas para o objectivo “adequar o quadro político - institucional e a capacidade dos actores da cadeia de valor do algodão para actuação à altura da dinâmica a criar”	60
VIII.	MECANISMOS DE IMPLEMENTAÇÃO DO SUB PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DA CADEIA DE VALOR DO ALGODÃO	65
IX.	NECESSIDADES ORÇAMENTAIS	69
X.	PROECÇÃO DO IMPACTO DA IMPLEMENTAÇÃO DO SUB PROGRAMA	71
XI.	SISTEMA DE MONITORIA E AVALIAÇÃO.....	73

I. SUMÁRIO EXECUTIVO

FUNDAMENTAÇÃO

O Sub Programa de Revitalização da Cadeia de Valor do Algodão visa a recuperação da produção do algodão para os níveis médios recentes, seu posterior desenvolvimento até o nível de recorde e para além destes, aumentando a renda dos produtores desta cultura, e do País, proveniente da exportação da fibra. Por outro lado, o sub programa visa igualmente a industrialização, no País, da fibra e outros produtos do algodão, beneficiando-se este da criação de empregos e da arrecadação de receita da exportação do fio, de tecido e outros produtos comerciais do algodão, assim como pela diminuição das importações de produtos do algodão.

O Presente sub programa foi formulado à luz da operacionalização do PEDSA e obedeceu a metodologias universalmente aceites, assim como, especificamente, às aplicáveis aos processos de formulação de políticas, estratégias, legislação e programas de âmbito nacional. O programa obedeceu à combinação da recolha de aprendizagens de estudos específicos e gerais do IAM e parceiros do algodão, a recolha de experiencias de países com progressos na cadeia do algodão ou parte dela, assim como aglutinou experiencias pilotos de inovação técnica e tecnológica em curso no país.

CONTEXTO

No país vigora o modelo de promoção do algodão através de Concessões Algodoeiras. O preço é fixado por critério de paridade, onde uma fórmula específica foi adoptada, com base em 50-55% para o produtor. Assim é fixado, pelo Governo, um preço mínimo por campanha, construído no consenso negocial entre produtores e empresas.

A partir 2004/05, o IAM reorientou o debate para o aumento dos rendimentos do algodão, tanto de campo como industrial, através de iniciativas de inovação técnica e tecnológica. Isto era em seguimento à aprovação, em 2004, do Plano de Acção Estratégico para Desenvolvimento do Algodão, com 10 componentes, que visam melhoria da produção, da produtividade e da qualidade do algodão.

Em 2008, o Governo da República de Moçambique, aprovou a Reflexão sobre Modelos de Fomento do Algodão em Moçambique, documento que instrui que, a médio e longo termos, o algodão deverá ser produzido em ambiente de livre concorrência. Entretanto, face às insuficiências que o mercado rural apresenta foi definida uma fase transitória, de REFORMA PAULATINA DAS CONCESSÕES RUMO À LIBERALIZAÇÃO.

A produção do algodão em Moçambique, é predominantemente feita pelo sector familiar, nas regiões Norte e Centro do País, zonas onde a aptidão solo climática é mais favorável comparativamente com a região Sul. Actualmente o algodão caroço

registra variações significativas, do pico pós independência, de 122 mil toneladas de algodão caroço registado na campanha 2005/06, a produção começou a decrescer, na campanha 2006/07, 72 mil toneladas, 70 mil toneladas em 2007/08, 65 mil toneladas em 2008/09, até à campanha 2009/10, 41 mil toneladas de algodão caroço.

As causas do decréscimo/declínio da produção, resumem-se na conjuntura de mercado, que criam baixa competitividade do algodão em relação a outras culturas no campo; no baixo aproveitamento local e acréscimo de valor ao algodão nacional; e em fenómenos planetários que se caracterizam por variabilidade de factores climáticos.

Estas causas são agravadas por elementos internos, de carácter organizacional, ligados ao papel da investigação, na geração de tecnologias; das empresas, nos modelos de extensão e promoção da cultura; do Instituto do Algodão de Moçambique e dos governos locais, na sua postura para com a mobilização dos produtores e dos parceiros de cooperação, na sua relação para com este subsector.

As empresas ressentem-se de baixo encaixe financeiro resultante de persistentes vendas da fibra a preços baixos, ou por falta de conhecimento do mercado ou propositadamente.

Resumindo tudo em factores de força, oportunidade, fraquezas e ameaças teríamos:

Força: Existência de actores dos sectores públicos, privado e familiar, com conhecimento, experiência e vontade de produzir e comercializar algodão;

Oportunidade: Condições solo-climáticas, ambiente de políticas e conjuntura internacional favorável á produção e comercialização do algodão a níveis competitivos e rentáveis, incluindo disponibilidade de tecnologias melhoradas de produção.

Fraqueza: Baixa produtividade de campo, falta de industrialização e inadequado aproveitamento de mercados da fibra;

Ameaça: Volatilidade de preço internacional do algodão, da taxa de câmbio e variabilidade do clima.

REVITALIZAÇÃO DA CADEIA DE VALOR DO ALGODÃO

Visão do subsector

Uma cadeia de valor do algodão competitiva a nível de campo e no mercado, em franco crescimento de produção e produtividade, que satisfaça as necessidades nacionais de fibras, integrada com a indústria e que permita acumulação de riqueza pelos actores.

Esta visão aponta para o aumento da produção em 10% ao ano. A Meta é manter o crescimento até garantir a utilização integral da capacidade de descaroçamento instalada, de 200.000 toneladas, produção esperada cerca de 2022. A implementação sucedida deste sub-programa deverá contribuir para redução do défice nacional de fibras, do actual nível de cerca de 67% ao ano, para 23% em 2019.

Objectivo geral

Contribuir para aumento da produção orientada ao mercado e da renda do produtor, para estabilização macroeconómica do País e para captação de divisas pelo aumento da produção e produtividade do algodão e sua industrialização doméstica.

Objectivos específicos

1. Aumentar a produção, produtividade e qualidade do algodão moçambicano;
2. Melhorar o comércio e marketing do algodão moçambicano e seus sub-produtos;
3. Contribuir para industrialização local dos produtos e subprodutos do algodão.
4. Adequar o quadro político-institucional e a capacidade dos actores da cadeia de valor do algodão para actuação à altura da dinâmica a criar.

Resultados Esperados

O alcance dos objectivos supra, será através dos seguintes resultados a atingir:

Resultados para o objectivo 1: Aumentar a produção, produtividade e qualidade do algodão moçambicano

Resultado 1.1. Melhorada a qualidade e disponibilidade dos serviços de pesquisa para o algodão.

Resultado 1.2. Sistema de sementes de algodão estabelecido e funcional.

Resultado 1.3. Produtores e técnicos do algodão formados em boas práticas e manejo integrado da produção do algodão.

Resultado 1.4. Aumentada a capacidade dos actores na produção do algodão, através de técnicas de aumento de produtividade da mão-de-obra.

Resultado 1.5. Práticas de melhoria e separação de qualidades do algodão caroço adoptadas, a nível da produção e comercialização.

Resultado 1.6. Mecanismo de fixação de preço mínimo do algodão caroço em melhoria contínua.

Resultados para o objectivo 2: Melhorar o comércio e marketing do algodão moçambicano e seus sub-produtos.

Resultado 2.1. Sistemas e procedimentos internacionais de classificação da fibra adoptados a nível nacional, com destaque para padronização da testagem instrumental do algodão (SITC na sua sigla inglesa).

Resultado 2.2. Normas internacionais de enfardamento e etiquetagem do algodão adoptadas pelas fábricas nacionais de descaroçamento do algodão.

Resultado 2.3. Informação sobre a qualidade e padrões sócio-ambientais de produção do algodão em Moçambique sistematizadas e em permanente divulgação, conseguindo, por consequência prémio no mercado.

Resultado 2.4. Ligação comercial entre as empresas produtoras moçambicanas e os compradores finais da fibra e seus subprodutos estabelecidos.

Resultado 2.5. Mecanismos de gestão de choques de clima e crises de mercado do algodão estabelecidos e operacionais.

Resultados para o objectivo 3: Promover a agregação de valor, através da revitalização da indústria têxtil e relançamento do processamento dos produtos e subprodutos do algodão.

Resultado 3.1. Investidores para agro-processamento do algodão atraídos e estabelecidos, industrializando, no mínimo, 25% da fibra nacional.

Resultados para o objectivo 4: Adequar o quadro político-institucional e a capacidade dos actores da cadeia de valor do algodão para actuação à altura da dinâmica a criar

Resultado 4.1. Revisto e actualizado o quadro de políticas, estratégias, legislação e arranjo institucional, adequando-os à dinâmica do subsector.

Resultado 4.2. Consolidado mecanismo de revisão participativa e periódica do quadro institucional e legislativo.

Resultado 4.3. Capacitados os actores de interesse comum da cadeia de valor, nomeadamente IAM, AAM e FONPA.

Resultado 4.4. IAM ajustado (de ponto de vista organizacional, governativo e de presença no terreno) para assumir seu papel na pesquisa adaptativa, demonstração de técnicas avançadas e fomento da produção do algodão.

Actividades Estratégicas para Revitalização da Cadeia de Valor do Algodão

Para cada resultado esperado, são alistadas actividades, cuja implementação conduzirá não só a estes resultados como também aos objectivos pretendidos.

MECANISMOS DE IMPLEMENTAÇÃO DO SUB PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DA CADEIA DE VALOR DO ALGODÃO

O Sub Programa de Revitalização da Cadeia de Valor do Algodão em Moçambique visa contribuir para melhorar a produção orientada ao mercado através de abordagem tridimensional de intervenções estruturadas do sector público e seus parceiros, visando o reforço da capacidade:

- a) Produtiva do pequeno produtor de subsistência para alcançar níveis de produtividade que assegurem renda familiar básica.

- b) Promover a revitalização e multiplicação do médio produtor para aumento de sua competitividade.
- c) Investimento de grandes empresas agrícolas para realizar ligações de cadeia, incluindo mercados competitivos para colocação de factores e meios e recolha da produção.

O sector público mantém seu papel de promoção do subsector, com responsabilidade de criação do ambiente favorecedor através da definição de políticas, estratégias, regulação, monitoria e avaliação, assim como coordenação intersectorial para criação de infra estruturas e facilidades diversas para o sector privado. Entretanto, deverá realizar co-investimentos de activação do sector privado, baseado na abordagem de parceria “público – privado”.

A produção concentrada ou em blocos, permitirá melhorar a assistência técnica, modelos mais intensivos de produção, integrar culturas alimentares em regime de rotação, criação de condições para crescimento de provedores comunitários, assim como permitirá o uso eficiente de investimentos como irrigação e parques de máquinas especializadas (pulverizações aéreas).

NECESSIDADES ORÇAMENTAIS E IMPACTOS DO SUB PROGRAMA

A estimativa de implementação do programa acima apresentado, com duração prevista de 10 anos, aponta para um orçamento de 65 milhões de USD. Estes investimentos, a ser feitos em 10 anos, deverão resultar num impacto económico agregado, dentro do mesmo período, de:

1. Receita adicional ao nível do produtor, resultante da venda do algodão caroço - 11,424,372,000.00 Mt;
2. Receita adicional agregada para o País de 610,204,000.00 USD, resultante da venda de fibra - 538,440,000.00 USD e da venda de semente do algodão para fins industriais - 71,764,000.00 USD.

Por outro lado, a implementação do presente Plano permitirá ao País preparar condições para promoção do algodão em moldes competitivos, o que representará aceleração da implementação do documento de Reflexão sobre Modelos de Fomento de Algodão em Moçambique.

SISTEMA DE MONITORIA E AVALIAÇÃO

A implementação do programa obedecerá uma matriz específica, com indicadores sobre objectivos, resultados, actividades. Terá igualmente orçamento, prazos e responsabilização institucional, todos a ser operacionalizados através de estudo sócio económico de base, monitorias através dos balanços do PES e avaliações, intermédia e final.

II. FUNDAMENTAÇÃO

O programa de revitalização da cadeia de valor do algodão em Moçambique enquadra-se nas orientações estratégicas da Revolução Verde, de aumentar a renda agrária; do Plano de Acção para Produção de Alimentos, de aumentar a renda agrária e a disponibilidade de óleo alimentar; e do Plano Estratégico para Desenvolvimento do Sector Agrário, de aumentar a produção orientada ao mercado e, especificamente, do sub programa do algodão; bem como na Estratégia para o Desenvolvimento do Sector Têxtil e de Confecções, que tem o aumento da produção do algodão como um dos 3 pilares, todos estes instrumentos definidos pelo Governo.

Além da receita e dinamização da economia rural pela sua vasta transacção, o algodão é matéria-prima para a indústria têxtil, produção de algodão hospitalar, de óleos e sabões, entre outros, factor que deve ser potenciado, explorando no máximo todos os benefícios que se podem obter tanto da fibra como da semente. Por estas e outras razões, considera-se a aposta no investimento e desenvolvimento da produção desta cultura como prioritária a nível das políticas e intervenções dos sectores público e privado.

Assim, o Sub Programa de Revitalização da Cadeia de Valor do Algodão visa a recuperação da produção do algodão para os níveis médios recentes, seu posterior desenvolvimento até o nível de recorde e para além destes, aumentando a renda dos produtores desta cultura, e do País, proveniente da exportação da fibra. Finalmente, a revitalização do algodão e sua transformação numa indústria vigorosa e rentável deverá resultar em fixação das populações nas zonas rurais, contribuindo assim para equilíbrio demográfico do país.

Havendo necessidade de mobilização de parcerias técnico - financeiras para alavancar o subsector, e de forma a facilitar e orientar as intervenções nas áreas prioritárias de que o subsector do algodão necessita para sua rápida recuperação e desenvolvimento, é desenhado o presente Programa de Revitalização da Cadeia de Valor do Algodão em Moçambique, que se pretende orientado a resultados, eficiente na implementação e sustentável ao longo do tempo.

III. FORMULAÇÃO DO PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DA CADEIA DE VALOR DO ALGODÃO EM MOÇAMBIQUE

O Presente sub programa foi formulado à luz da operacionalização do PEDSA e obedeceu a metodologias universalmente aceites para documentos desta envergadura; assim como, especificamente, às aplicáveis aos processos de formulação de políticas, estratégias, legislação e programas de âmbito nacional no nosso País.

A demanda do sub programa provém da necessidade de reverter o cenário de declínio de produção, manifestado de maneira reiterado pelos exercícios de planificação e avaliação no âmbito do PES do sector agrário, altura em que o algodão apresentou, sempre, desempenho decrescente. Outra fonte do sub programa são as manifestações de insatisfação dos actores do sector, entre produtores familiares e empresas, expressa nos fora regulares de governação participativa, nomeadamente as reuniões técnicas anuais, de preço mínimo do algodão e de balanço anual.

Em resposta, o IAM, em consulta com os actores do algodão, produziu termos de referência para formulação do subprograma de revitalização do subsector e submeteu para apreciação e decisão da Direcção do MINAG, cuja apreciação foi favorável. Embora os termos de referência apontavam para identificação de equipa de consultores independentes, avaliação interna adicional apontou que o IAM é detentor de capacidade técnica com qualificações e disponibilidade suficientes para visualizar o futuro desenvolvimento do subsector do algodão. Por consequência, o IAM constituiu um grupo de trabalho interno, liderado pela respectiva Direcção.

A equipa construiu o subprograma nos relatórios de estudos especializados, desenvolvidos pelo Instituto do Algodão, assim como por parceiros de cooperação, no seu exercício de apreciação contínua do ambiente macro económico em geral e do sector agrário em particular.

A destacar há os documentos de diagnóstico do subsector de 2001, os estudos especializados que aprofundaram cada uma das componentes do Plano de Acção Estratégico para Desenvolvimento do Algodão (2002 – 2003), os estudos adicionais de diagnóstico específico à rede de extensão do subsector do algodão (2010), os estudos para formulação do mecanismo de gestão de riscos climáticos e de mercado no algodão (2009 e 2010), o estudo conducente ao conceito de abordagem de cooperação sub-regional Moçambique – Zâmbia – Zimbabwe e Malawi (MOZAZIMA) no algodão (2010), as monitorias e a avaliação do programa de investigação e transferência de tecnologias no âmbito do STABEX (2008 – 2011), o relatório da visita do Chefe Técnico do Comité Internacional Consultivo do Algodão (2010).

Há igualmente a indicar a experiencia do estudo comparativo com países que revelaram progressos gerais ou em parte das componentes da cadeia de valor do

algodão, nomeadamente China, Índia, Brasil, Estados Unidos, Turquia, Bangladesh, Tailândia, Burquina Fasso, Egipto e Zâmbia. O subprograma é igualmente construído nos resultados encorajadores das iniciativas piloto e sub sectoriais de tracção animal no cultivo do algodão, maneiio integrado do algodão, produção de semente de algodão, classificação instrumental da fibra, integração entre produção e comércio do algodão, para mencionar apenas alguns exemplos.

Depois de constituídas as ideias, o IAM avançou para apresentações de provocação de debate, expondo as hipóteses à larga interrogação pelos actores e parceiros do sector. Este exercício de interrogação incluiu levantamento de propostas e apresentação nas Reuniões Técnica e de Negociação de Preço Mínimo, Março e Abril de 2010, em Namialo – Nampula e Pemba – Cabo Delgado, respectivamente.

Depois de consolidar as ideias iniciais, a equipa produziu um conceito sobre a revitalização do subsector do algodão em Moçambique, que foi circulado largamente, abrangendo não só os parceiros das plataformas negociais indicadas acima, mas também potenciais parceiros técnicos e financeiros do subsector. A equipa recebeu valiosas contribuições, tendo evoluído o conceito para um documento de trabalho válido, que serviu para alimentar processos em curso como a formulação do PEDSA, do PARP e negociações com parceiros técnico-financeiros. Não obstante o conceito estar em estado de uso oficial, continuou a receber propostas de melhoramento.

Nesta fase, a equipa entrou para formulação de documento final, em Junho de 2010, submetendo progressivamente os primeiro, segundo e terceiro rascunhos, para circulação e comentários pelos actores da cadeia de valor, nomeadamente produtores, empresas de descaroçamento, investigadores do IIAM e das instituições de ensino superior, empresas fornecedoras de agro químicos, as Direcções de Comércio e da Indústria do Ministério da Indústria e Comércio, estes últimos, sobretudo para recolher sensibilidades sobre a componente industrial.

Os rascunhos permaneceram em circulação e melhoramentos contínuos até muito recentemente. De destaque no processo de consulta é apresentação na Reunião Anual de Balanço, Outubro de 2010, na Cidade de Maputo, após a qual o documento entrou para alinhamento estratégico e edição final.

O documento voltou para harmonização através de submissão para comentários específicos do IIAM, DNI/MIC, AAM, FONPA, para além de actores do subsector. O projecto resultante foi circulado pelos membros e submetido para consideração pelo Conselho Técnico do Ministério da Agricultura, Sessão de 22 de Março de 2011.

Mediante incorporação de propostas do Conselho Técnico e em cumprimento de sua recomendação de submeter ao Conselho Consultivo, o documento é elevado à consideração e decisão da Direcção do MINAG, com pedido de aprovação, para que siga o processo de divulgação e implementação.

IV. CONTEXTO

4.1. Antecedentes

A produção do algodão no País reagiu a várias etapas histórico / culturais, políticas e climáticas que ditaram as flutuações da sua produção. O Instituto do Algodão de Moçambique (IAM), instituição de tutela do subsector algodoeiro, assim como as instituições que o antecederam, durante estas etapas, fizeram intervenções com vista a contribuir para o aumento da produção e da produtividade do algodão, como abaixo se descreve.

Logo após o fim do conflito armado, na campanha 1994/05, o IAM envolveu-se no fomento do algodão através do Programa de Relançamento do Algodão em zonas outrora abandonadas devido à instabilidade, com destaque para as Regiões Norte e Centro, detentoras de acima de 80% do potencial de produção total do País. Neste período, foi notória a subida dos níveis de produção nacional do algodão, tendo atingido, na Campanha 98/99, a cifra de 116 mil tons de algodão caroço, então recorde pós-independência, seguido de 122 mil tons de algodão caroço na campanha 2005/06, o actual recorde pós-independência (fig. 1 abaixo).

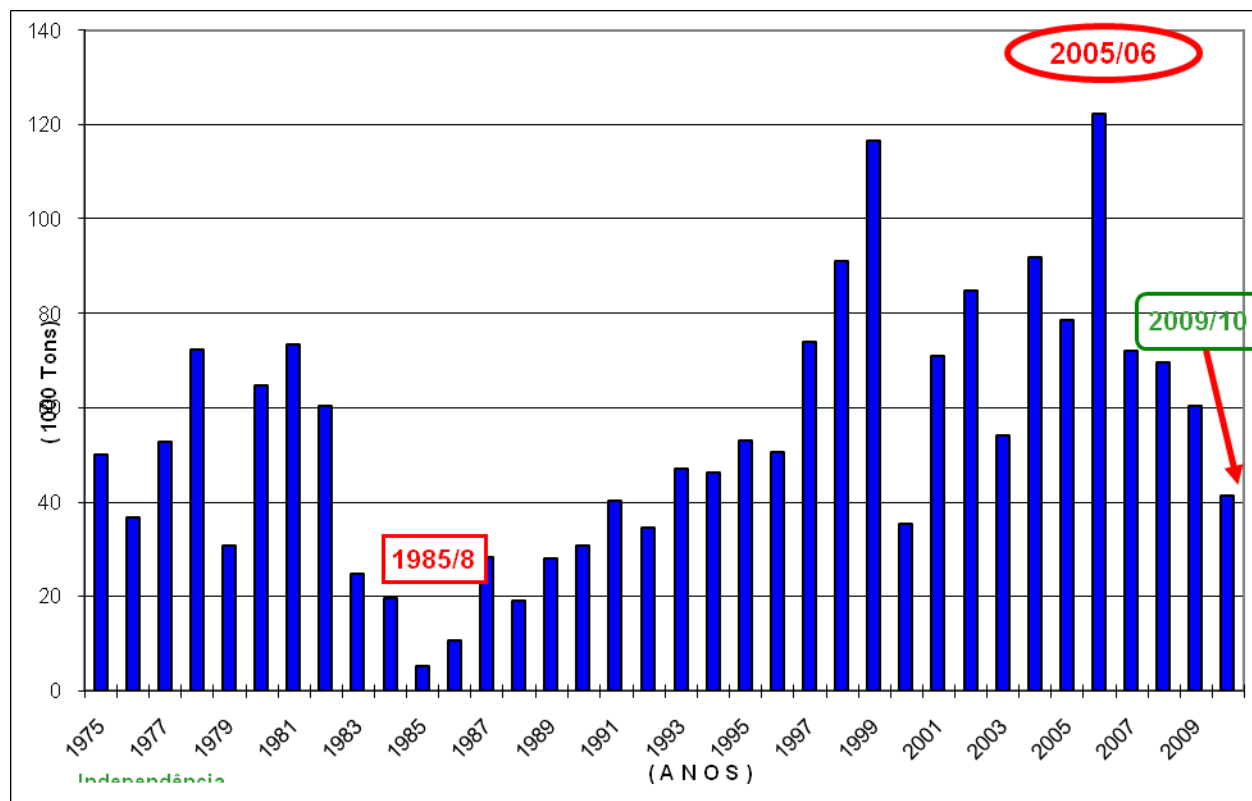


Fig. 1 – História recente de produção do algodão em Moçambique

Não obstante o IAM ter como primeira atribuição o fomento desta cultura, as circunstâncias ditaram para que ele se limitasse ao papel promocional indirecto, através da regulamentação, monitoria e fiscalização. É por consequência desta limitação que este Instituto não se esforçou em estar presente no terreno, se não as limitadas quatro delegações provinciais, mesmo estas com poucos recursos para responder à dimensão dos territórios sob sua responsabilidade. Assim, o IAM dedicou-se apenas à inovação de políticas, inovação técnica e monitoria de aspectos técnicos e comerciais.

Os elementos estratégicos mais discutidos no subsector foram sempre o modelo de fomento e a fixação de preço ao produtor. Estes dois assuntos centraram esforços e atenção dos actores e dos Órgãos do Estado em vários momentos históricos.

Em 2001 por exemplo, face às pressões para que o subsector fosse liberalizado, o MINAG, através do IAM, e em parceria com a Agência Francesa de Desenvolvimento, encomendou um estudo com o objectivo de apreciar as condições prevalecentes e recomendar a abordagem a seguir em relação ao fomento. O estudo recomendou o modelo de concessão rígida.

De acordo com este modelo, a promoção desta cultura é feita através do regime de fomento, onde o Estado, através de contrato de fomento e extensão rural, concede um território a uma empresa privada, onde esta por sua vez fornece, aos produtores, factores e insumos de produção assim como assistência técnica, ficando com o direito de, em exclusividade, comprar todo o algodão resultante. Aos produtores é assegurado o mercado para todo algodão que produzem.

A decisão de manutenção do regime de concessão rígida, resultante do estudo acima referido, veio a revelar-se um recuo em relação aos experimentos de competição que já eram implementados em espaços limitados, nas Províncias de Nampula e Cabo Delgado.

A implementação do modelo de concessão rígida foi facilitada pela queda drástica do preço internacional do algodão, que fazia do algodão um negócio não atractivo, facilitada também por conflitos entre as empresas concessionárias e associações de produtores, o que originou nesse período, a queda da produção do algodão caroço, para níveis abaixo de 50% dos recordes anteriormente alcançados, acompanhados pela queda de qualidade da fibra.

A partir da campanha 2003/04, o IAM reorientou o debate para o aumento dos rendimentos do algodão, tanto de campo como industrial, através do programa de sementes, que permitiu a substituição de sementes antigas por novas, tanto de mesmas variedades como de novas, mais produtivas; através do programa de Maneio Integrado de Pragas (IPM) do algodão, que contribuiu para a optimização e minimização do uso e redução da dependência em relação a pesticidas, reduzindo

deste modo os custos de produção e a poluição ambiental por agro-tóxicos. Experimentou também a agricultura de conservação, que tem como princípios o mínimo distúrbio do solo, a cobertura permanente do solo e a rotação de culturas. Finalmente, promoveu o uso de Tracção Animal (TA) para aumentar as áreas de produção do algodão e de outras culturas, por cada família envolvida. Na parte a jusante da cadeia, iniciou a implementação do programa de separação e melhoria de qualidades do algodão.

Em 2004, foi aprovado o Plano de Acção Estratégico para Desenvolvimento do Algodão, com 10 componentes, que, de maneira estruturada e documentada, endereça os principais constrangimentos que afectavam o subsector e visa melhoria da produção, da produtividade e da qualidade do algodão, mantendo o actual sistema de fomento. O plano tinha 10 componentes.

O IAM lançou-se imediatamente na implementação destas componentes, que até tiveram algum sucesso, de acordo com a matriz do quadro lógico então desenvolvida. A avaliação se sua implementação aponta os seguintes resultados:

Avaliação geral

Os indicadores de desempenho do subsector no período são variáveis (vide tabela 1 abaixo). Se bem que o progresso nas duas campanhas imediatamente após o arranque do plano tenha sido bom, este progresso não se mostrou estável, tendo sido seguido por queda generalizada de desempenho. A tabela abaixo mostra que, no geral, a tendência ou médias de desempenho durante a implementação do plano de acção não melhorou em relação ao ano de aprovação, 2004; para agravar, o ano final, 2010, mostra piores indicadores, aliás, factores para se apresentar o presente documento de revitalização do sub sector.

Tab. 1 – Avaliação do Plano de Acção Estratégico para Desenvolvimento do Algodão (2005 – 2006)

Item	CAMPANHAS							Médias
	2004 (base)	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (último)	2005-2010
Famílias produtoras	108.071	250.404	279.952	263.109	224.246	209.969	188.847	236.088
Área total (Há)	234.389	185.465	212.084	189.779	176.279	165.248	125.755	175.768
Rendimento (Kg/Há)	530	420	510	380	394	365	330	400
Algodão caroço (Tns)	93.205	78.683	122.287	78.175	69.505	60.303	41.287	75.040
Descaroçamento (%)	35,0	34,0	38,0	38,0	36,0	38,0	37,0	37,0
Fibra (tons)	32.924	26.734	42.741	26.907	25.342	21.376	15.140	26.373

Avaliação por componente:

i. Melhoria da investigação

O desempenho da investigação parece carecer ainda de melhorias consideráveis. De positivo há a mencionar o aumento de quadro técnico do CIMSAN, com entrada para o sistema de 2 dois técnicos de nível de licenciatura e formação a nível de mestrado para outros dois técnicos, o quadro técnico e seu nível de formação deixam espaço para melhoramentos. Os resultados da pesquisa tardam a chegar, não havendo a registar, no período, variedades novas ou pacotes libertos para a produção. Aliás, temas de pesquisa declarados como de interesse para a produção continuam não tratados pela pesquisa. No geral, o CIMSAN carece de identidade institucional, de plataforma de governação da pesquisa que seja participativa e que lhe confira credibilidade para entrar em parcerias técnico-financeiras que acelerem a implementação da pesquisa.

ii. Produção de sementes

O sistema de sementes continua por desenvolver. Os esforços de equipar o CIMSAN com uma linha de sementes (composta por uma fábrica de descaroçamento de algodão de pequena escala, um banco de germoplasma, equipamento de tratamento de semente, tractor agrícola com alfaias), realizada pelo IAM no âmbito de fundos do STABEX, não parece resolver a falta de semente melhorada para os produtores, ou porque a cadeia de sementes revela-se descontínua e produtores recebem, até hoje, semente sem qualidade.

iii. Apoio às associações de produtores do algodão

As associações de produtores amadureceram consideravelmente, durante a implementação do plano, sobretudo em actividades de lobbying e advocacia, onde passaram a ser interlocutores válidos de debate de políticas, de preços e de assuntos técnicos do algodão, através do FONPA e suas estruturas provinciais. Aliás, avançaram também na implementação de abordagens inovativas como o uso de tracção animal e está em curso a instalação de mini descaroçadeira do algodão, como parte do esforço de envolvimento do produtor no descaroçamento e industria a fim. Mesmo assim, as associações estruturadas representam apenas cerca de 5% de produtores e as estruturas provinciais do FONPA são intermitentes.

iv. Apoio ao desenvolvimento rural através de empresas

O esforço de ajuda ao desenvolvimento rural através de empresas não foi para além do programa de apoio à diversificação agrícola nas zonas algodoceiras. Este programa destacou-se na introdução de culturas diversas, de variedades melhoradas, de espécies pecuárias, de tracção animal e reparação de vias de acesso em 6 das 10 zonas algodoceiras do País. Não sendo o desenvolvimento rural actividade central das

empresas, esta carecia de apoios específicos de parceiros de desenvolvimento, que não foram alocados.

v. Aperfeiçoamento do modelo de concessões

No âmbito do aperfeiçoamento das concessões, em 2008, o Governo da República de Moçambique, aprovou a Reflexão sobre Modelos de Fomento do Algodão em Moçambique, documento que, procurando formas de aumentar a contribuição do algodão na geração de riqueza e conseqüente erradicação da pobreza, instrui que, em linha com a orientação macroeconómica do País, a médio e longo termo, o algodão deverá ser produzido em ambiente de livre concorrência. Entretanto, face às insuficiências que o mercado rural apresentava então, e apresenta até actualmente, foi definida uma fase transitória, de REFORMAPAULATINADASCONCESSÕESRUMO À LIBERALIZAÇÃO.

O documento orientou ao MINAG a iniciar, a renegociação de contratos com as empresas, no sentido de redimensionar e harmonizar a validade dos mesmos para mais 7 anos, tempo definido para criação de condições para a liberalização; orientou também ao MINAG a introduzir, no novo contrato, o plano de desenvolvimento da concessão e a matriz de indicadores de desempenho, ambos a serem monitorados contínua e rigorosamente, processo já na fase final de implementação.

vi. Melhoria do sistema de fixação de preços

O sistema de fixação de preço consistiu na consolidação da fórmula de cálculo antes adoptada, basicamente descrevendo os parâmetros, a amplitude temporal a considerar e as fontes desta informação. Na essência, manteve-se o princípio de paridade, com o produtor a receber 50 a 55% do preço que o mercado internacional paga, calculado com base no preço internacional, taxa de cambio, diferencial de qualidade e taxa de descaroçamento. No mesmo período avançou-se para fixação de preço em duas etapas, sendo a primeira em Outubro de cada ano (no início da campanha) e o segundo em Abril, na véspera da colheita, portanto, progressos previstos no plano. Infelizmente, não se avançou para integração dos indicadores de mercado de futuros para a fórmula de cálculo do preço doméstico.

vii. Modernização do sistema de classificação de fibras

O sistema de classificação de fibra embarcou para um plano ambicioso de modernização, com adopção dos mais altos padrões de instalações, equipamentos e procedimentos. Os investimentos infra-estruturais e de equipamentos estão assegurados no âmbito do plano, assim como a fase inicial de treinamento do pessoal, a começar pelo ponto focal nacional.

viii. Sistema de informação do algodão

Quanto ao sistema de informação, consolidamos o programa de relatórios trimestrais, largamente divulgados, construída na recolha e tratamento de informação sobre produção, mercados (tanto de algodão caroço como de fibra). Por outro lado, corporizaram o sistema de informação do algodão, as reuniões já institucionalizadas, nomeadamente a Reunião Técnica Anual, a Reunião de Negociação do Preço Mínimo e a Reunião Anual do Subsector.

ix. Comunicação e imagem do algodão moçambicano

O plano de comunicação do algodão inclui o lançamento de página de internet do IAM, filiação do País ao Comité Internacional Consultivo do Algodão (ICAC), à iniciativa do algodão do Programa de Produtos de Base do Grupo de Países da África Caraíbas e Pacífico (AACPACP), no âmbito da parceria com a União Europeia, participação em fóruns regulares da Associação Africana do Algodão e participação activa nas iniciativas regionais no âmbito do MOZAZIMA, do Programa de Algodão da Organização da Conferência Islâmica, para mencionar apenas alguns exemplos. Estes feitos elevaram consideravelmente a imagem do algodão no mercado internacional, assim como das instituições especializadas, tal que hoje, o país consta do mapa global do algodão.

x. Reforço institucional ao IAM.

A capacitação do IAM ocorreu no âmbito do reforço da instituição a nível central e suas estruturas orgânicas, incluindo as Delegações, tal como existentes até então. De destacar, o reforço em recursos humanos, com recrutamento de cerca de 20 funcionários, dos quais 15 de nível médio e superior. Ao mesmo tempo, o IAM empenhou-se na formação informal de seu pessoal em todas as vertentes da cadeia de valor do algodão.

Por consequência, a avaliação da implementação do Plano de Acção para Desenvolvimento do Algodão é positiva, visto ter permitido grandes avanços em todas as suas componentes. Infelizmente, o plano não permitiu alcançar a meta de manter ritmo de crescimento a 10% ao ano, parcialmente devido a grande instabilidade de preços que caracterizou o mercado internacional, assim como devido a falta de capacidade de investimento do sector privado, pouca atenção de apoio à produção pelos parceiros de cooperação e fraqueza no papel das instituições especializadas de pesquisa e transferência de tecnologias, com destaque para o IAM.

Não obstante as acções supra referidas, o subsector registou níveis de produção do algodão caroço com variações significativas, de tal sorte que, depois do pico do período pós independência, de 122 mil toneladas de algodão caroço registado na campanha 2005/06, testemunha-se produção continuamente decrescente, começando da campanha 2006/07, em que a produção situou-se nas 72 mil toneladas, passando

para cerca de 70 mil toneladas em 2007/08, 65 mil toneladas em 2008/09, até à campanha 2009/10, em que o subsector colheu 41 mil toneladas de algodão caroço, vide figura 1, acima.

Enquanto isso, as médias dos outros indicadores de desempenho não revelaram grande evolução. Os rendimentos por hectare não excederam os 550 Kg; a área por família não superou cerca de 0,7 Ha; o rendimento industrial parou em cerca de 38%; a qualidade de fibra evoluiu apenas até uma predominância de cerca de 60% do tipo IV e V; o preço de venda da fibra, agravado pela crise financeira internacional, situou-se a cerca de 1.100,00 USD/ton.

4.2. Situação Actual

A produção do algodão em Moçambique, é predominantemente feita pelo sector familiar (vide figura 2), nas regiões Norte e Centro do País, zonas onde a aptidão solo climática é mais favorável comparativamente com a região Sul (vide figura 3).

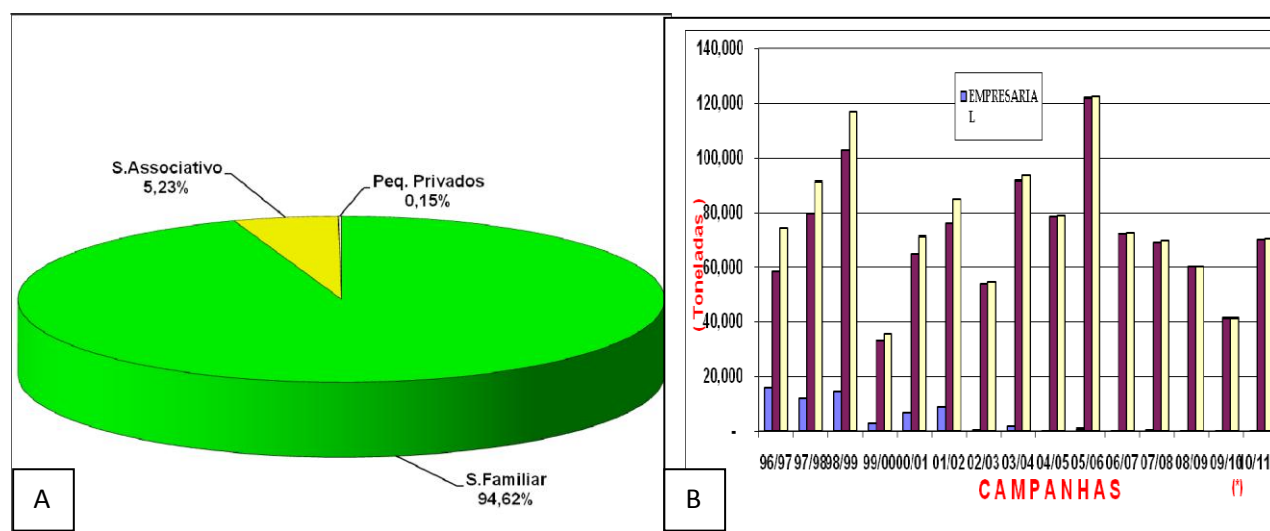


Fig. 2. – Produção do algodão caroço por sectores (B – campanhas 1996/97 a 2008/09 e A - campanha 2008/09)

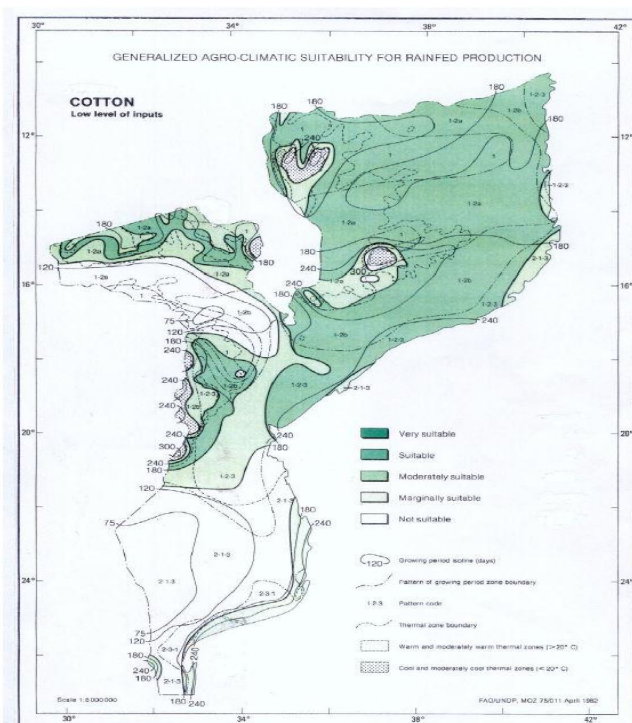
Actualmente cerca de 200 mil famílias rurais produzem algodão no País, contra mais 300 mil famílias que produziam esta cultura cerca de 5 campanhas atrás. Na campanha 2009/10, a área de produção de algodão caroço foi de cerca de 126 mil ha contra os cerca de 200 mil ha da campanha 2005/6, enquanto a produção das últimas 3 campanhas rondou em cerca de 65 mil ton, quando na campanha 2005/6 foi de 122 mil ton. Em relação à produção de fibra, na campanha 2008/9 foram obtidas 21 mil ton, quando a média das campanhas anteriores foi de cerca de 35 mil ton. Esta cultura, ao logo da sua cadeia de valor, cria mais de 15.000 postos de trabalhos assalariados,

entre sazonais e permanentes e é negócio para cerca de 12 empresas das quais 3 multinacionais (vide fig. 4).

De facto, a produção do algodão tem-se ressentido de vários constrangimentos, dentre conjunturais, de natureza de políticas públicas e empresariais, socioeconómicas e até os de natureza agronómica.

As causas do decréscimo/declínio da produção, resumem-se em:

- A. Factores da conjuntura de mercado, que criam baixa competitividade do algodão em relação a outras culturas no campo;
- B. Baixo aproveitamento local e acréscimo de valor ao algodão nacional;
- C. Fenómenos planetários que se caracterizam por variabilidade de factores climáticos.



Não obstante a queda, o algodão continua sendo dos produtos de exportação mais importantes no País, ocupando o 4º lugar no ranking dos produtos agrários de exportação e 7º lugar no geral. O seu contributo para a balança de pagamentos é de cerca de 30 a 40 milhões de USD anuais.

O encaixe financeiro das empresas algodoeiras durante os últimos anos foi negativo, em consequência do desequilíbrio entre o preço da fibra e dos insumos, isso no mercado internacional.

Fig. 3: Mapa de aptidão solo-climática para produção do algodão em Moçambique

Estas causas são agravadas por elementos internos, de carácter organizacional, ligados ao papel da investigação, na geração de tecnologias; das empresas, nos modelos de extensão e promoção da cultura; do Instituto do Algodão de Moçambique e dos governos locais, na sua postura para com a mobilização dos produtores e doas parceiros de cooperação, na sua relação para com este subsector.

Assim, o estado económico-financeiro destas empresas está debilitado e, por consequência, não têm capacidade e não têm estado a conseguir cumprir com as suas

responsabilidades básicas, de assistência técnica aos produtores e provisão de insumos.

Em relação à infra-estrutura de processamento do algodão caroço, de um total de 27 fábricas de descaroçamento que existiam no País, apenas 10 encontram-se a operar e mesmo estas operam muito abaixo de sua capacidade instalada. Aliás, do número total de 27 fábricas que existiam, parte foi destruída durante o conflito armado ou desmantelada por razões comerciais empresariais, ficando apenas 13 fábricas completas. Dentre estas, apenas 9 fábricas têm estado a operar, mesmo estas laboram a cerca de 30% da capacidade instalada.

As empresas algodoeiras, que vinham desempenhando papel central do fomento algodoeiro, ressentem-se de carência de recursos, resultante de cerca de 10 campanhas de preços baixos, que levaram à acumulação de prejuízos e por consequência indisponibilidade de dinheiro para investir na extensão e outras actividades promocionais. Outra razão da debilidade financeira das empresas é o baixo encaixe financeiro resultante de persistentes vendas da fibra a preços baixos, ou por falta de conhecimento do mercado ou propositadamente.

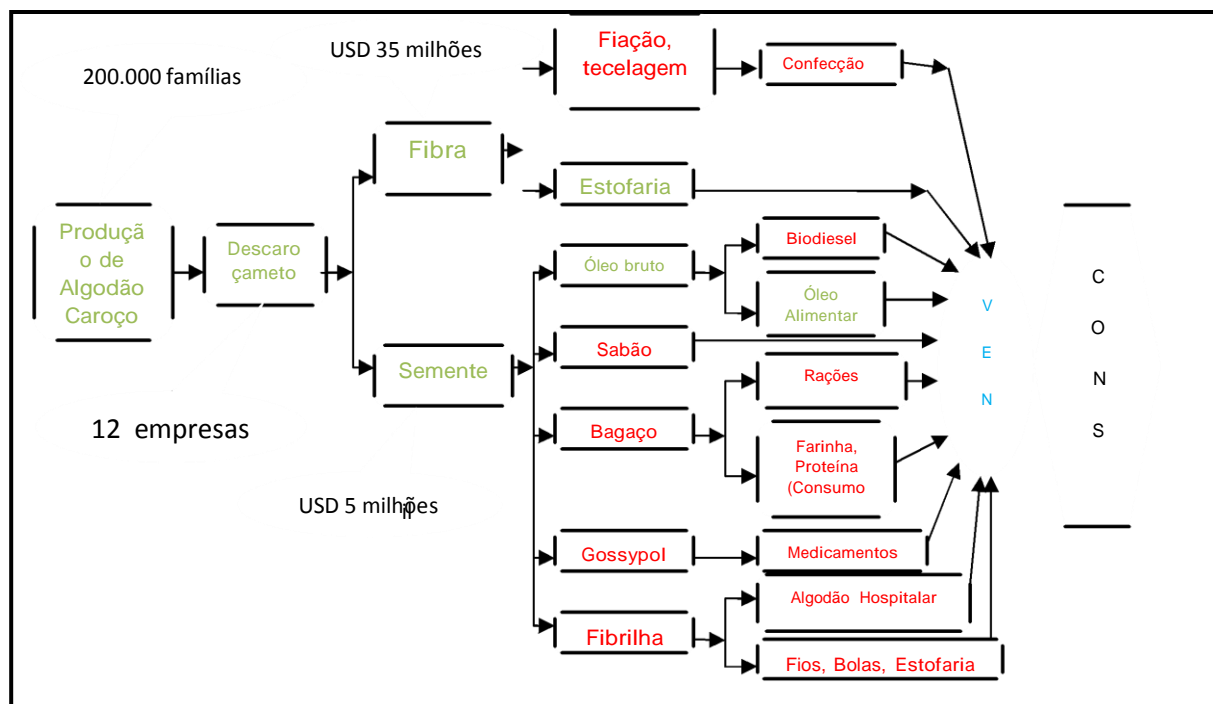


Fig. 4 – Representação esquemática do valor sócio-económico do algodão, com elementos da cadeia de valor explorados em Moçambique (texto a verde) e que não explica (a vermelho).

Actualmente, os níveis de produção do algodão caroço apontam para Nampula como província líder, com cerca de 30% da produção nacional, seguida de cabo Delgado,

com cerca de 25% da produção nacional, vide figura 5. Em termos de empresas, a PLEXUS, à qual foi adjudicado o fomento do algodão em Cabo Delgado, lidera o mercado, com 25% da produção nacional.

Não obstante Nampula e cabo Delgado deterem, neste momento, cerca de 55% da produção, as províncias do vale do Zambeze detêm um grande potencial de aumento de produção e produtividade e poderão, no futuro, entrar para lugares cimeiros no ranking nacional.

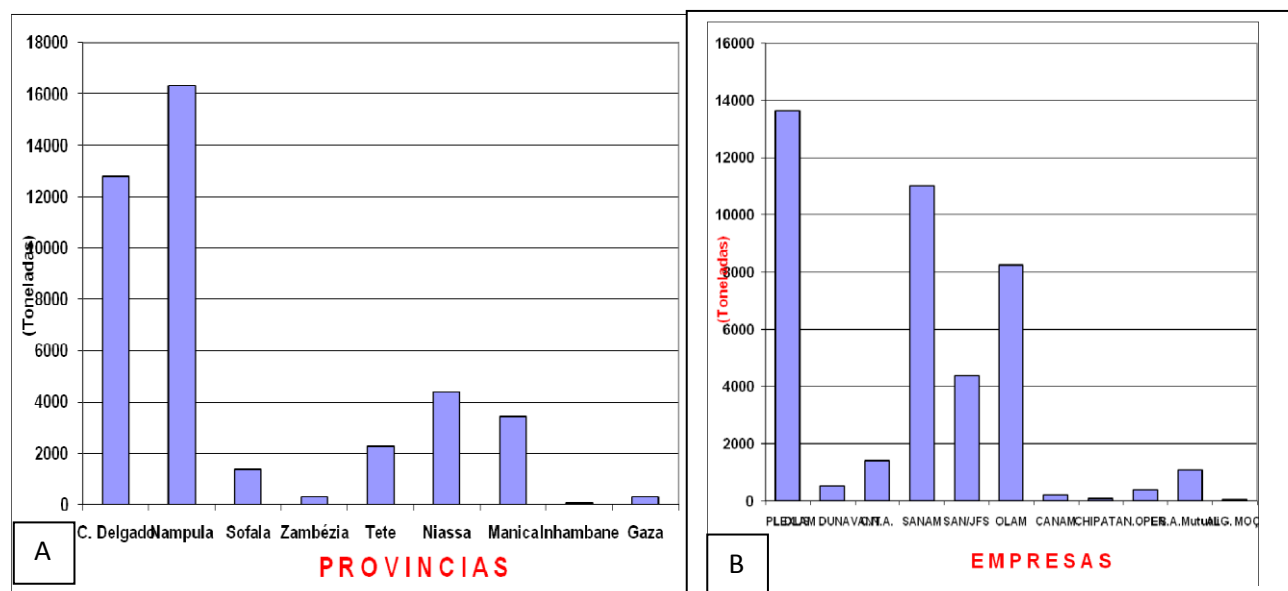


Fig. 5 – Ranking de produção do algodão caroço (A – por províncias e B – por empresas)

V. ANÁLISE DE LIMITANTES E OPORTUNIDADES

5.1. Limitantes para Desenvolvimento do Subsector

- Volatilidade de preço do algodão caroço ao produtor, devido as condições de mercado internacional.
- Incapacidade das empresas de fazer investimentos de promoção da cultura, inclusive de pagar melhor preço ao produtor, em resultado de longos anos de preço internacional baixo e da venda da fibra do algodão a preços baixos.
- Fraca resposta da investigação, causada por insuficiência de recursos financeiros, materiais e humanos para pesquisa agronómica e sócio-económica do algodão.
- Indisponibilidade de semente de qualidade, mesmo de variedades de algodão com bom potencial, causada pela disfuncionalidade do sistema de sementes do algodão e da inexistência de empresa/entidade especializada para produção de semente do algodão.
- Persistente baixo rendimento de algodão por unidade de área, resultando em baixo retorno da mão-de-obra dos produtores.
- Pacote de insumos que não controlam eficientemente as pragas, ou porque os químicos usados não são adequados e/ ou porque são mal aplicados, enquanto seu custo está continuamente a crescer para o produtor.
- A limitada capacidade produtiva das técnicas de produção predominante (enxada e outras operações manuais).
- Falta de especialização dos produtores, fazendo-os reactivos aos preços e perdendo, por consequência, os momentos de altos preços.
- A redução de áreas de produção pelo sector familiar;
- Abandono total da produção pelo sector privado (produção própria das empresas de fomento e produção comercial por agricultores autónomos).
- Inadequada abordagem de promoção da cultura do lado das empresas algodoeiras e sua limitada capacidade de dar resposta às necessidades dos produtores.
- IAM e outras instituições públicas sem actividades de fomento do algodão, devido a redução de seu papel à mera facilitação, agravando-se nos últimos dias devido à pressão de produção de alimentos.
- A inexistência de provedores alternativos de serviços e de insumos nas zonas algodoeiras.
- A fraca organização dos produtores.
- A persistência de constrangimentos não agronómicos que impedem o desenvolvimento da cultura do algodão, com maior enfoque para o mau estado das vias de acesso, volatilidade dos mercados de fibra e da moeda.

5.2. Oportunidades que o Subsector do Algodão Oferece

O subsector do algodão e a sua cadeia de valor integrando a componente de processamento industrial de fio em têxteis, de sementes em óleos e sabões, de algodão hospitalar, entre outros, continua grande oportunidade de desenvolvimento para o País e de negócio para os investidores. A seguir enumeram-se alguns exemplos:

- Vontade e interesse político do Governo de Moçambique, em apoiar o desenvolvimento da cadeia de valor do algodão.
- A existência de grandes regiões agro-ecológicas aptas para o cultivo do algodão no País.
- A tradição, hábito e habilidades das comunidades rurais no cultivo do algodão.
- Existência de instituto de tutela e de centro de pesquisa especializado, com terra e infra-estruturas para desempenho de suas tarefas.
- Existência de equipas de pesquisa das universidades que se especializam na cultura do algodão.
- Existência de provedores de bens e serviços à produção do algodão.
- A existência de variedades do algodão melhoradas e adaptadas às condições locais.
- A existência de várias empresas especializadas, experientes, interessadas e com investimentos feitos para a produção do algodão.
- Prevalência de ambiente de diálogo entre os actores e entre estes e as instituições públicas com responsabilidades ao longo da cadeia de valor do algodão.
- A existência de mercado para a fibra e outros subprodutos do algodão.
- A tendência de melhoria de preço da fibra, resultante da rápida recuperação da indústria têxtil.
- A localização dos portos perto das zonas de produção.
- Existência de capacidade de processamento local do algodão caroço.
- Quadro legal e ambiente de incentivos para investimentos no algodão e no processamento industrial.
- Vantagens e preferências de acesso a mercados remuneradores que o País tem, como por exemplo AGOA, EBA e Protocolo Comercial da SADC.
- Crescimento de mercado de serviços financeiros e de seguros.
- Vontade de parceiros de cooperação de intervir na promoção da cadeia de valor do algodão.

Se resumíssemos os factores de força, oportunidade, fraquezas e ameaças desta análise, concluiríamos que temos quatro grandes elementos a colocar na balança, nomeadamente:

Força: Existência de actores dos sectores públicos, privado e familiar, com conhecimento, experiência e vontade de produzir e comercializar algodão;

Oportunidade: Condições solo-climáticas, ambiente de políticas e conjuntura internacional favorável á produção e comercialização do algodão a níveis competitivos e rentáveis.

Fraqueza: Baixa produtividade de campo, falta de industrialização e inadequado aproveitamento de mercados da fibra;

Ameaça: Volatilidade de preço internacional do algodão e variabilidade do clima.

É sobre este conhecimento que se irá construir o presente sub programa de revitalização do subsector do algodão em Moçambique.

VI. CAUSAS DO DECLÍNIO DA PRODUÇÃO DO ALGODÃO EM MOÇAMBIQUE

6.1. Baixa Competitividade do Algodão em Relação a Outras Culturas

Face à volatilidade do preço do algodão no mercado internacional, que influencia directamente o preço doméstico aplicado aos produtores, e como estratégia de gestão de risco, estes migram para culturas alternativas, aparentemente mais remuneradoras. As variações do algodão no mercado mundial podem ser graves tanto na subida como na queda, actualmente verifica-se o preço mais alto de sempre (fig. 6), que também cria receios sobre sua sustentabilidade ao longo do tempo, como tal, dificulta as projecções de viabilidade e plano de negócios dos investidores do algodão.

Por outro lado, enquanto o preço do algodão manteve-se baixo no mercado internacional, os custos de produção, influenciados pelos preços inflacionados dos insumos, continuaram a subir.

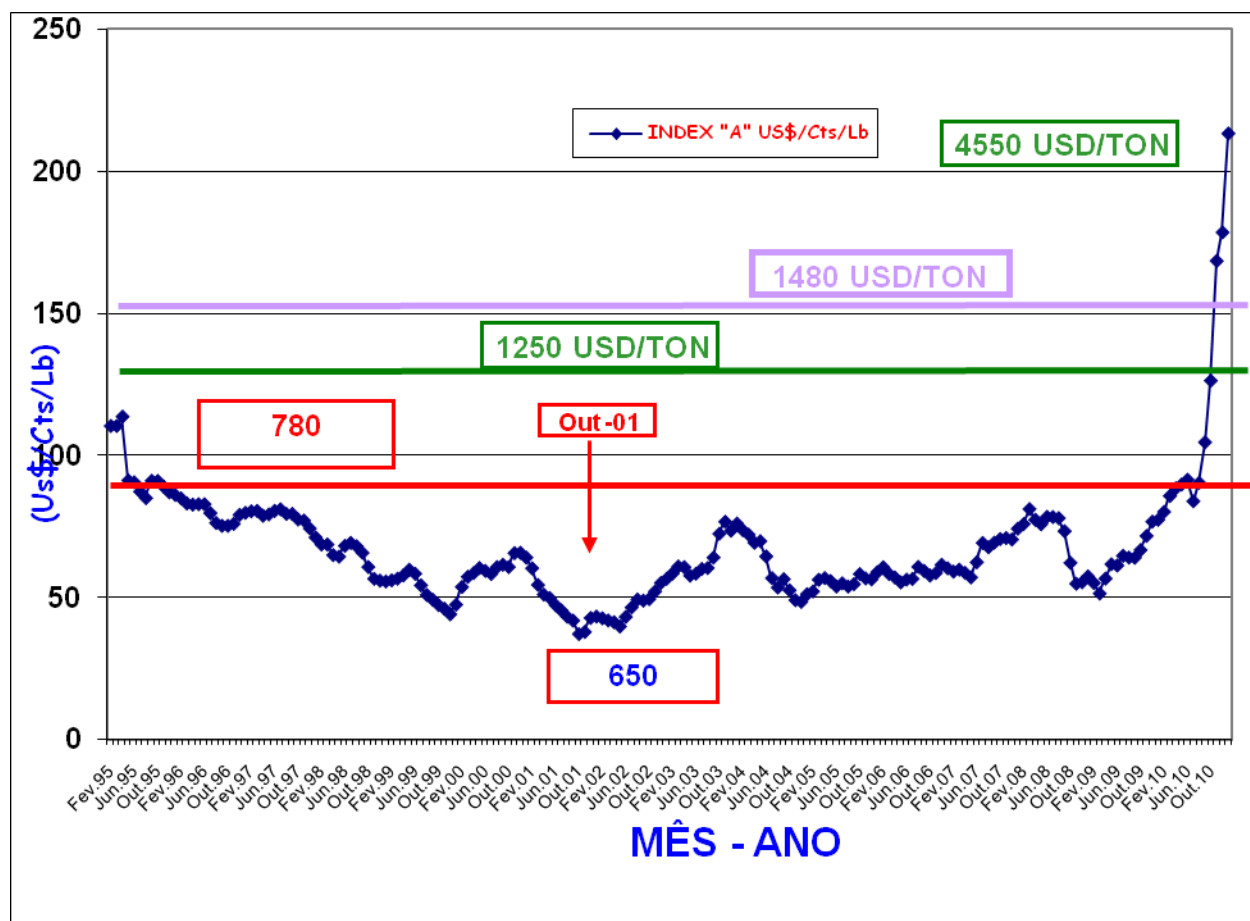


Fig. 6 – Dinâmica do preço internacional do algodão (Index A)

Efectivamente, a influência dos preços internacionais ao preço doméstico é directa, de igual maneira que é directa a relação entre a diminuição de preço mínimo verificado em anos específicos (1996/97, 1997/98 e 2008/09 na fig. 7), com a saída massiva de produtores do subsector do algodão para outras culturas.

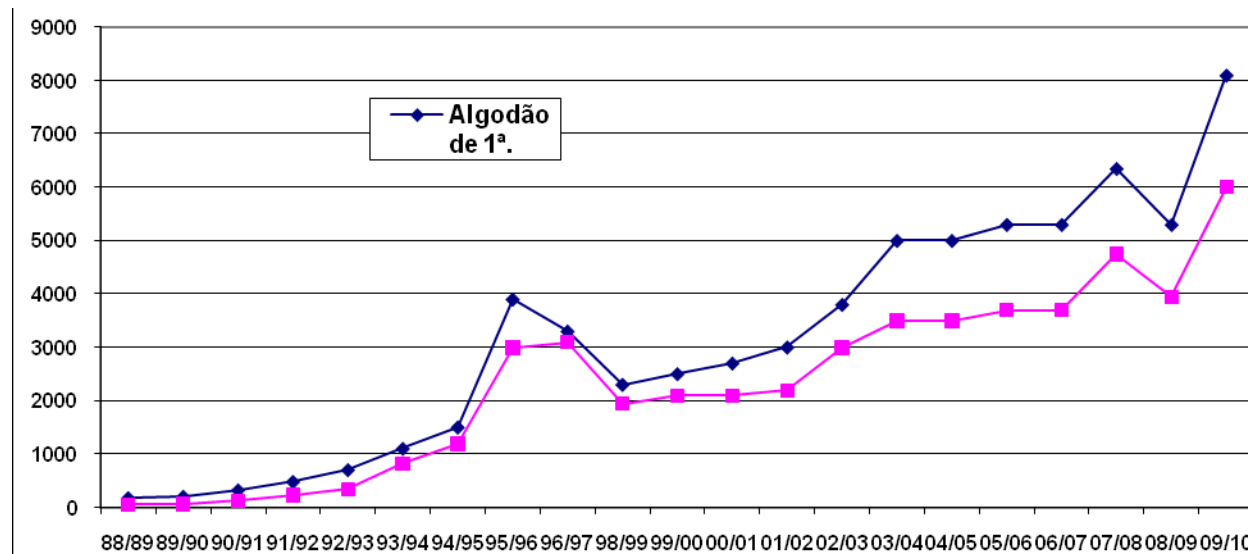


Fig. 7 – Gráfico do preço mínimo do algodão caroço (Mt), de 1988/89 a 2009/10

Adicionalmente, factores combinados dos efeitos da crise económica mundial, da crise do petróleo, que ditou uma avalanche para utilização de cereais na produção de bio combustíveis, tiveram impacto no aumento do preço dos alimentos, o que, adicionalmente, favoreceu a migração dos produtores de algodão para estas culturas, arrastando consigo outros fenómenos negativos como o desvio de insumos do algodão, uma vez que estas culturas são, via regra, fomentadas sem o respectivo pacote tecnológico.

Este fenómeno em particular, teve efeito duplo para o subsector, se por um lado significava diminuição de cuidados à cultura, que resultou em diminuição da produtividade de campo e da renda, que por sua vez criava uma insatisfação geral, também significou que as empresas que adiantavam estes insumos não recuperavam os montantes emprestados, resultando em seu enfraquecimento contínuo e consequente diminuição da capacidade de investimento em melhor assistência aos poucos produtores que ainda se mantinham ou pretendiam aderir ao subsector.

A inactividade da indústria têxtil no País origina a dependência dos produtores de fibra em relação ao mercado internacional, que se caracteriza por flutuação e, sobretudo, quedas drásticas de preços no mercado internacional e seu reflexo no preço doméstico. Este elemento teve também duplo efeito, um, o de desmobilizar produtores que se sentiam mal remunerados pelo preço pago, outro, de descapitalização paulatina

das empresas nacionais, que viam a sua robustez minguar a cada campanha, resultando em empresas fracas, sem recursos para investir.

Por outro lado, considerando que a cultura do algodão é exigente em amanhos culturais, factores sociais que ditam escassez da mão-de-obra, sem que haja opções técnicas de aumento de produtividade da pouca mão-de-obra que sobrava no campo, influenciam na redução dos níveis de produção do algodão ora alcançados.

Ao longo do tempo, como reflexo da situação acima descrita, o subsector vem registando redução do número de produtores e conseqüentemente das áreas de cultivo do algodão. Dos produtores que permanecem há indicação de redução da média das áreas de produção desta cultura por família, entre outras, pelo uso de sistemas de cultivo consociados com outras culturas. Finalmente, a avidez de fazer várias culturas conjugada com o desvio de pesticidas de algodão para estas, traduz-se na redução do rendimento por unidade de área.

6.2. Variabilidade de Factores Climáticos na Produção do Algodão

As variações climáticas registadas nos últimos anos têm sido apontadas como factores que determinam grandemente as flutuações da produção do algodão em Moçambique e não só. Dependendo de como o factor climático influencia numa determinada campanha, ela pode afectar negativamente e/ou positivamente na robustez das plantas, na produção em campo, na qualidade da fibra, entre outros.

A variabilidade do regime climático por si tem impacto negativo em todo o processo. Entretanto, ela é agravada por discrepâncias entre o prognóstico sazonal do regime das chuvas e a realidade. A combinação acima influencia nas datas das sementeiras, obrigando por vezes a fazerem-se várias re-sementeiras, na perda de áreas semeadas, no desenvolvimento da planta, com destaque para a capsulação, na inadequada abertura das cápsulas, na logística de assistência técnica, aprovisionamento de insumos e comercialização.

6.3. Fraqueza dos Elementos Internos Organizacionais

Embora o modelo de contrato de fomento e extensão rural tenha tido o seu contributo na subida dos níveis de produção até à data, alguns problemas são directamente relacionados com este modelo, ou com a postura de algumas das empresas do sector, chegando-se mesmo a pensar que os problemas do sector estão ligados ao modelo de promoção.

Não obstante o contrato de fomento estabelecer direitos e deveres entre as partes contratantes (Governo e empresas de fomento) assiste-se a uma diversidade de desempenho das empresas, o que resulta em diferente qualidade de serviços prestados aos camponeses, devido ao fraco desempenho de parte das empresas de fomento, relativamente à assistência técnica e provisão de insumos aos produtores,

criando nestes desmotivação, que resulta em áreas pequenas e baixos rendimentos por hectare.

De facto, muitas empresas não mostram organização e estrutura para fazer fomento em áreas tão vastas de que são titulares. Muitas empresas não têm pessoal qualificado nas suas redes de fomento, agravado pelo facto desse pessoal não receber qualquer assistência, reciclagem e treinamento. Por consequência o produtor não tem recebido senão a repetição de conhecimentos estáticos e desactualizados.

O sistema de investigação do algodão no País não parece responder aos problemas do subsector e não favorece à competitividade. Os resultados ainda não satisfazem a expectativa dos reais clientes do subsector do algodão, os produtores e as empresas fomentadoras de algodão.

Dos factores agronómicos que afectam a produção algodoeira, destacam-se a degeneração de variedades disponíveis, e a não libertação de novas, mais produtivas e adaptadas às condições locais e com boas características industriais. A investigação não parece estar a libertar novos pacotes de manejo, resultando que produtores repetem pacotes de manejo integrado da cultura (agro técnico, pragas e doenças) também estáticos e desactualizados.

A semente das poucas variedades existentes não chega ao produtor com qualidade visto não existir um sistema de multiplicação de sementes melhoradas e sua colocação ao produtor.

Alguns dos factores acima mencionados, aliados aos elevados custos de produção comercial, dificuldade de gestão de grandes áreas, baixos preços registados nos últimos 10 anos, resultaram no abandono da produção própria pelas empresas de fomento e o desaparecimento de pequenos e médios agricultores privados na área do algodão. Esta classe que, historicamente, serviu de base de suporte e continuidade da cultura, aliás, este grupo mostrou-se maior dinamizador e factor mobilizador dos produtores de pequena escala, porque mantendo-se no negócio, conseguiam capturar o momento de alta de preços e faziam melhor renda nesses momentos.

Dada a insuficiência de recursos humanos, materiais e financeiros, o IAM, que deveria ser responsável pelo fomento, retraiu-se, assumindo a cómoda função passiva de criador de ambiente favorecedor e não de promoção activa do algodão, tal como instituído nas suas atribuições. Durante anos, o IAM limitou-se a precoce observador da evolução do algodão, sem acções eficientes para reverter tendências negativas. Por consequência o IAM não consegue complementar, muito menos fechar os vazios dos actores, nomeadamente na pesquisa adaptativa, na inovação técnica, no fomento (factores e meios de produção) e no treinamento aos produtores.

O insuficiente conhecimento sobre a cadeia de valor do algodão, dos bens e serviços criados ao longo de sua cadeia bem como interpretação hostil em relação às culturas

de rendimento, a nível local, em defesa do aumento da produção de comida, resulta em fraca priorização desta cultura nas actividades governativas locais e até em acções deliberadas de despromoção.

Ao nível macro económico, embora alta a consciência sobre o contributo do algodão para a balança de pagamentos, faltaram medidas arrojadas e pontuais de assegurar a cadeia de valor em momentos históricos específicos. Por exemplo, a necessidade de assegurar receita líquida mínima aos produtores em anos de baixíssimos preços (caso de 2009), resultou em o País não tirar proveito adequado das ocasiões de preços altos, como 2010/2011, visto que o preço veio a subir numa altura em que os produtores estavam totalmente desencorajados. Por outro lado, a falta de instrumentos de asseguramento de receita contra riscos de clima e de mercado, expõe totalmente os produtores nacionais, familiares e empresariais.

6.4. Baixo Aproveitamento Local dos Subprodutos do Algodão

O País não tem estado a fazer o aproveitamento conveniente dos subprodutos do algodão, devido aos limitados investimentos em infra-estruturas, equipamento, tecnologias e conhecimento para a transformação e consumo local e exportação de material processado.

Ao não aproveitar o algodão e seus subprodutos, uma cultura tradicional, e com grande potencial de crescimento, o País perde a oportunidade de criação de mais empregos, particularmente a mão-de-obra feminina, obtenção de uma vasta gama de produtos, dentre os quais, vestuário, produtos farmacêuticos e hospitalares, de higiene e de alimentação humana.

Infelizmente, o preço da falta de processamento local da produção é tal que o País exporta divisas na importação de algodão hospitalar, tão necessário e indispensável para os produtores e não só, agravando a balança de pagamentos. Ao não processar, o País fica exposto aos intermediários comerciais da fibra, actores habilitados de um mercado cada vez mais influenciado por especulação, e por consequência perde oportunidade de se ligar ao consumidor final, cujos termos de troca são mais estáveis.

Mais relevante para o produtor, a falta de processamento local do algodão, torna irrelevante a importância industrial desta cultura, uma vez que este não conhece toda a cadeia de valor, desvalorizando por consequência sua participação na produção dos artigos de que ele é nato consumidor, como por exemplo, o algodão hospitalar, as roupas, o óleo alimentar e sabões. Pelo facto de o algodão ser matéria-prima para estes produtos não constitui factor mobilizador uma vez que a sua transformação em produtos úteis é abstracta.

VII. REVITALIZAÇÃO DA CADEIA DE VALOR DO ALGODÃO

É um facto irrefutável que o Subsector do Algodão em Moçambique está atravessando uma fase de declínio, causada por uma série de factores conjunturais externos e internos, cuja combinação resulta na redução drástica da produção de algodão caroço.

Em reflexão interna, o subsector (sectores público, privado comercial, privado familiar e parceiros) identificou, em detalhe, vários factores que afectam o desenvolvimento da cultura de algodão em Moçambique e propôs eixos de intervenção para reversão das causas desta queda.

Assente em 4 pressupostos, o sub programa é apresentado através de objectivos pretendidos, resultados a alcançar, actividades a desenvolver e opções estratégicas de operacionalização.

7.1. Pressupostos do Sub - programa

As acções propostas centram-se nos seguintes pressupostos:

7.1.1. Declaração do sub- programa

O subprograma de revitalização da cadeia de valor do algodão tem como princípio base a seguinte declaração:

Assumir a diversificação económica e agrária no País, a conseqüente redução do número de produtores do algodão, apostar no aumento de área por unidade de produção / família, na profissionalização de produtores e na concentração de áreas, promovendo melhoria de rendimentos através de modernização progressiva de conhecimentos e habilidades e da intensificação sustentável da produção. Constituem ainda apostas do sub programa, a diversificação de mercados, integração comercial, assim como industrialização local dos produtos do algodão.

7.1.2. Visão do Subsector

Uma cadeia de valor do algodão competitiva a nível de campo e no mercado, em franco crescimento de produção e produtividade, que satisfaça as necessidades nacionais de fibras, integrada com a indústria e que permita acumulação de riqueza pelos actores.

Em termos reais, e de acordo com a tabela 2, abaixo, esta visão aponta para o aumento crescente da produção nacional a uma média de 10% ao ano, o que deverá permitir superar o recorde pós-independência até 2017 e o recorde absoluto até 2019, produzindo 150.000 e 124.000 toneladas de algodão caroço respectivamente (vide fig. 8). A Meta é manter o crescimento até garantir a utilização integral da capacidade de descaroçamento instalada, de 200.000 toneladas, o que é esperado cerca de 2022.

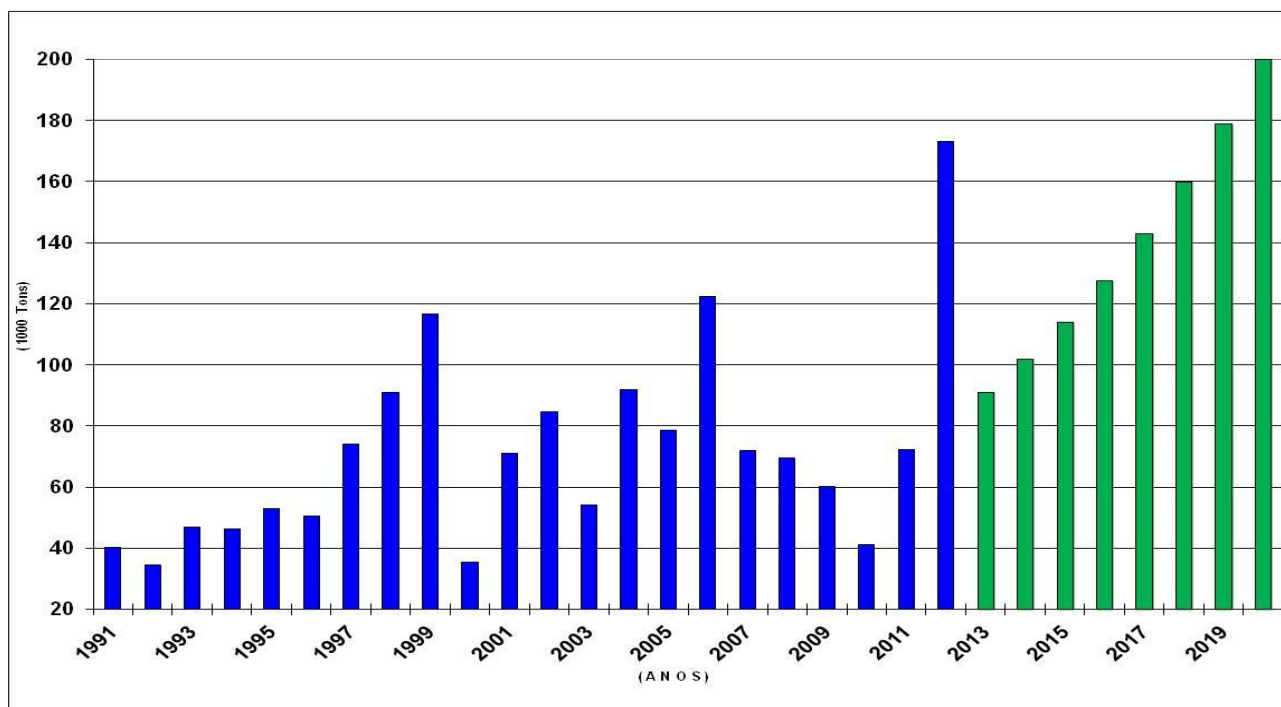


Fig. 8 – Ilustração da história recente (10 anos e em azul) e projecção de médio termo da produção do algodão no país (10 anos e em verde)

Tab. 2 - Projecção do crescimento de produção no âmbito do sub-programa de revitalização da cadeia de valor do algodão (2010 – 2020)

Ano	Área do algodão (Ha)	Prod. A. Caroço (ton)	Rend (kg/ha)	Área média/família (ha)	Área cob. T. Animal (ha)	Taxa de desc. (%)	Prod. Fibra (ton)	Qt. Total Sem. (ton)	Qt. Total Sem. p/ Óleo (ton)
2010 (base)	130,000	65,000	500	0.7	6,400	38.0	24,700.0	39,000	34,320.0
2011	132,182	72,700	550	0.8	12,800	38.0	27,626.0	43,620	38,385.6
2012	125,231	81,400	650	1.0	19,200	38.5	31,339.0	48,840	42,979.2
2013	130,000	91,000	700	1.1	25,600	38.5	35,035.0	54,600	48,048.0
2014	119,882	101,900	850	1.4	32,000	39.0	39,741.0	61,140	53,803.2
2015	126,667	114,000	900	1.5	38,400	39.0	44,460.0	68,400	60,192.0
2016	134,316	127,600	950	1.6	44,800	39.5	50,402.0	76,560	67,372.8
2017	142,800	142,800	1,000	1.7	51,200	39.5	56,406.0	85,680	75,398.4
2018	159,800	159,800	1,000	1.7	57,600	40.5	64,719.0	95,880	84,374.4
2019	149,000	178,800	1,200	2.0	64,000	41.0	73,308.0	107,280	94,406.4
2020	166,667	200,000	1,200	2.0	64,000	41.0	82,000.0	120,000	105,600.0

Este crescimento continuará abaixo da auto-suficiência do País em termos de fibra para vestir a sua população, cujo consumo percapita para Moçambique deverá estar a 3 Kgde fibra/pessoa/ano. Entretanto, a implementação sucedida deste sub-programa deverá contribuir para redução do défice nacional de fibras, do actual nível de satisfação de cerca de 37% ao ano, para 77% em 2020 (tab. 3).

Este crescimento significará também aumento da contribuição do algodão na produção nacional de óleo alimentar, progredindo das actuais cerca de 35.000 toneladas / ano, de semente disponível para óleo alimentar, para acima de 82.000 toneladas / ano em 2019.

Outros indicadores do crescimento do subsector a alcançar paulatinamente nos próximos 10 anos são, aumento de produtividade agrícola dos actuais 550 Kg/Ha para cerca de 1000 Kg/Ha; aumento do rendimento industrial, dos actuais 38% de fibra para cerca de 41%; aumento de área por produtor dos actuais 0,7Ha/família para 2 Ha/família; aumento do uso da tracção animal e outros meios de aumento de produtividade, dos actuais níveis insignificantes para cerca de 50% da área sob cultivo do algodão, consolidação do princípio de partilha do preço internacional com o produtor a receber 50 a 55% da receita.

Um eixo particularmente importante a endereçar será o aumento da partilha de produção proveniente do médio agricultor autónomo. Esta figura, que hoje contribui com percentagem inferior a 1% da produção nacional, deverá aumentar a sua participação para cerca de 50%.

Por outro lado, estando as empresas algodoiras estabelecidas nas zonas algodoiras, onde prestam serviços à produção do algodão, onde não há serviços à produção alimentar, estas deverão, sem prejuízo da sua vocação comercial, passar a prestar serviços à produção alimentar, nomeadamente no aprovisionamento da campanha, assistência técnica aos produtores e comercialização da produção excedentária.

A visão de desenvolvimento do subsector do algodão pretende contribuir para o alcance da visão do sector agrário no geral e no contexto do Plano Estratégico para Desenvolvimento do Algodão, em particular.

Tab. 3 - Projecção da satisfação das necessidades nacionais de consumo de fibras do algodão.

Ano	População (habitantes)	Fibra (tons)		% de satisfação de necessidades
		Necessidades totais	Produção projectada	
2010 (base)	22.416.000	67.248.000	24.700.000	37
2011	22.953.984	68.861.952	26.676.000	39
2012	23.504.880	70.514.639	29.183.000	41
2013	24.068.997	72.206.990	32.109.000	44
2014	24.646.653	73.939.958	35.763.000	48
2015	25.238.172	75.714.517	39.351.000	52
2016	25.843.888	77.531.665	43.845.000	57
2017	26.464.142	79.392.425	49.098.000	62
2018	27.099.281	81.297.844	56.376.000	69
2019	27.749.664	83.248.992	63.919.000	77

7.1.3. Missão do IAM

Facilitar o subsector, fazendo pesquisa e análises de inteligência da cadeia de valor, promovendo inovação, prestando assistência aos actores, contribuindo assim para o bem-estar e progresso dos produtores, das empresas e do País.

7.1.4. Valores do IAM

1. Desenvolvimento - Temos o DESENVOLVIMENTO das comunidades agricultoras, das empresas e da sociedade, acima de tudo, contribuimos através da geração e acumulação de riqueza.
2. Lealdade - Mantemos LEALDADE ao equilíbrio e progresso do algodão como fonte de renda familiar e negócio agro-industrial.
3. Inovação - Apostamos na INOVAÇÃO, e com abnegação, para que a cadeia de valor do algodão seja forte e robusta.

4. Solicitude - Com SOLICITUDE, respondemos às necessidades dos nossos clientes antes de as sentirem e de nos comunicarem; no mínimo, acolheremos e agiremos de forma expedita assim que nos solicitarem.
5. Profissionalismo - Apostamos em altos padrões de PROFISSIONALISMO e eficiência assentes em resultados acima das expectativas, tanto pela qualidade como pelos prazos.
6. Integridade - Agimos com INTEGRIDADE, transparência e modéstia de forma contínua.
7. Participação - Construimos consensos do subsector na base de larga PARTICIPAÇÃO e consulta para o diálogo de políticas, na escolha de opções técnicas e na formulação de decisões.
8. Fraternidade - Sendo algodão um negócio colectivo, a FRATERNIDADE e solidariedade entre actores do subsector são indispensáveis, e assim assumimos.

7.2. Objectivos

7.2.1. Objectivo geral

Contribuir para aumento da produção orientada ao mercado e da renda do produtor, para estabilização macroeconómica do País e para captação de divisas pelo aumento da produção e produtividade do algodão e sua industrialização doméstica.

7.2.2. Objectivos específicos

- i. Aumentar a produção, produtividade e qualidade do algodão moçambicano;
- ii. Melhorar o comércio e marketing do algodão moçambicano e seus sub-produtos;
- iii. Contribuir para industrialização local dos produtos e subprodutos do algodão.
- iv. Adequar o quadro político-institucional e a capacidade dos actores da cadeia de valor do algodão para actuação à altura da dinâmica a criar.

Resultados para o objectivo 1: Aumentar a produção, produtividade e qualidade do algodão moçambicano

Resultado 1.1. Melhorada a qualidade e disponibilidade dos serviços de pesquisa para o algodão.

Resultado 1.2. Sistema de sementes de algodão estabelecido e funcional.

Resultado 1.3. Produtores e técnicos do algodão formados em boas práticas e manejo integrado da produção do algodão.

Resultado 1.4. Aumentada a capacidade dos actores na produção do algodão, através de técnicas de aumento de produtividade da mão-de-obra, que resultem no aumento do número de produtores autónomos.

Resultado 1.5. Práticas de melhoria e separação de qualidades do algodão caroço adoptadas, a nível da produção e comercialização.

Resultado 1.6. Mecanismo de fixação de preço mínimo do algodão caroço em melhoria contínua.

Resultado 1.7. Práticas de gestão sustentável de recursos naturais nas zonas algodoeiras adoptadas e em uso.

Resultados para o objectivo 2: Melhorar o comércio e marketing do algodão moçambicano e seus sub-productos.

Resultado 2.1. Sistemas e procedimentos internacionais de classificação da fibra adoptados a nível nacional, com destaque para padronização da testagem instrumental do algodão (SITC na sua sigla inglesa).

Resultado 2.2. Normas internacionais de enfiamento e etiquetagem do algodão adoptadas pelas fábricas nacionais de descaroçamento do algodão.

Resultado 2.3. Informação sobre a qualidade e padrões sócio-ambientais de produção do algodão em Moçambique sistematizadas e em permanente divulgação, conseguindo, por consequência prémio no mercado.

Resultado 2.4. Ligação comercial entre as empresas produtoras moçambicanas e os compradores finais da fibra e seus subprodutos estabelecidos.

Resultado 2.5. Mecanismos de gestão de choques de clima e crises de mercado do algodão estabelecidos e operacionais.

Resultados para o objectivo 3: Promover a agregação de valor, através da revitalização da indústria têxtil e relançamento do processamento dos produtos e subprodutos do algodão.

Resultado 3.1. Investidores para agro-processamento do algodão atraídos e estabelecidos, industrializando, no mínimo, 25% da fibra nacional.

Resultados para o objectivo 4: Adequar o quadro político-institucional e a capacidade dos actores da cadeia de valor do algodão para actuação à altura da dinâmica a criar

Resultado 4.1. Revisto e actualizado o quadro de políticas, estratégias, legislação e arranjo institucional, adequando-os à dinâmica do subsector.

Resultado 4.2. Consolidado mecanismo de revisão participativa e periódica do quadro institucional e legislativo.

Resultado 4.3. Capacitados os actores de interesse comum da cadeia de valor, nomeadamente IAM, AAM e FONPA.

Resultado 4.4. IAM ajustado (de ponto de vista organizacional, governativo e de presença no terreno) para assumir seu papel na pesquisa adaptativa, demonstração de técnicas avançadas e fomento da produção do algodão.

7.3. Actividades Estratégicas para Revitalização da Cadeia de Valor do Algodão

A seguir são apresentadas as acções estratégicas propostas para revitalização e desenvolvimento da cadeia de valor do algodão, todas concebidas e formuladas para alcançar os resultados alistados acima.

7.3.1. Actividades estratégicas para o objectivo “aumentar a produção, produtividade e qualidade do algodão moçambicano”.

7.3.1.1. Actividades estratégicas para o resultado “melhorada a qualidade e disponibilidade dos serviços de pesquisa para o algodão”.

A geração, adaptação e transferência de tecnologias numa abordagem local tem sido um dos elementos mais fracos do subsector algodoeiro em Moçambique e na região Austral de África. As tentativas anteriores de estruturar programas de geração e

transferência de tecnologias parecem não ter conseguido encaixe e pertença institucional dos investigadores envolvidos, tendo resultado em descontinuidade e efeito intermitente das actividades, o que, logicamente, não criaria impacto desejado. Não obstante existência de esforços, todos são viciados de descontinuidade, com temas desintegrados, abordagem individualizada e sem coordenação institucional.

Os eixos de actuação na pesquisa seriam melhoramento genético e desenvolvimento de variedades em geral e da tecnologia transgénica de modo particular, gestão da fertilidade de solos, técnicas de produção, manejo de pragas e doenças, descaroçamento, características tecnológicas da fibra, socioeconomia e agro-negócio do algodão e, finalmente, acesso a mercados e processamento de fibra e subprodutos.

Neste âmbito, é proposto o desenvolvimento da actual unidade experimental de algodão, Centro de Investigação e Multiplicação de Sementes do Algodão de Namialo (CIMSAN), através da capacitação institucional, para torná-lo centro de investigação de excelência, com abordagem de Centro Nacional de Investigação do Algodão. De seguida ou em paralelo, um plano robusto e ambicioso de trabalho do centro, ou seja de investigação do algodão, com carácter de plano estratégico, seria desenvolvido e implementado.

Outros temas críticos propostos para serem endereçados pela investigação, deverão incluir, Identificação de dosagens e misturas economicamente eficientes de fertilizantes, avaliação e identificação dos vários métodos de combinação de culturas que sejam rentáveis, melhoramento genético, purificação, manutenção varietal, manejo integrado da cultura, agricultura de conservação, melhoramento do solo, entre outros.

Para sua materialização, o subsector deverá contar com assistência técnica de Países irmãos como Zâmbia, Egipto, Turquia, Índia e China, entre outros e deverá incluir identificação, caracterização e orçamentação de necessidades e implementação do apoio programático. Assim, o centro deverá ser abordado como de excelência a nível nacional com ambição sub regional, no mínimo ao nível de Moçambique, Zâmbia, Zimbabwe e Malawi.

O Centro Nacional deverá estabelecer sinergias com outras unidades de pesquisa e até com outras instituições, de forma a implementar pesquisa adaptativa em todas as zonas de produção do algodão. Estas sinergias não excluem a possibilidade de estabelecer unidades experimentais próprias, onde tal se mostre relevante.

As actividades estratégicas para estes resultados são:

- Fazer estudo de quantificação de necessidades e estabelecer fluxograma para transformação do Centro de Investigação e Multiplicação de Sementes de Algodão de Namialo (CIMSAN) em Centro de Pesquisa do Algodão de Excelência, com abordagem nacional.

- Desenvolver o CIMSAN, transformando-o em Centro Nacional de Investigação do Algodão de excelência, mediante implementação das recomendações do estudo supra no que tange meios materiais, humanos e financeiros, incluindo formação e reciclagem contínua do pessoal chave, de acordo com recomendações do estudo supra.
- Assegurar governação da pesquisa do algodão e do respectivo Centro de maneira participativa, através de um órgão que integre a Direcção Geral do IIAM e as partes interessadas no processo, nomeadamente o IAM, representante de produtores, das empresas algodoeiras e outros.
- Enquanto as análises para transformação e reajuste do CIMSAN decorrem, será estabelecido o mecanismo permanente de acompanhamento do programa de investigação do algodão, onde para além das Direcções do IAM e do IIAM, fariam parte um representante da Associação Algodoeira de Moçambique, do Fórum Nacional dos Produtores do Algodão e das instituições de ensino superior agrícola.
 - O Comité passará, paulatinamente, suas responsabilidades ao organismo de governação participativa previsto no âmbito da transformação do CIMSAN. O Comité de acompanhamento deverá estudar e implementar opções viáveis de financiamento da investigação do algodão, incluindo a de alocação directa de parte da receita do algodão para programas de investigação.
 - O Comité deverá definir a responsabilidade conjunta, a partilha e separação de responsabilidades entre os Institutos do Algodão e de Investigação, que, em conjunto, teriam tarefa de apoiar o CIMSAN, nos vários domínios.
- Desenvolver e implementar plano operacional do programa de investigação do algodão, nomeadamente geração e transferência de tecnologias, incluindo a investigação aplicada, que tenham enfoque nas componentes de melhoramento genético, manutenção e purificação varietal, manejo de pragas, gestão da fertilidade de solos, entre outras; todos com abordagem nacional e que sejam adequados à realidade específica de cada região algodoeira.
- Estudar formas de diversificação do financiamento da investigação do algodão, incluindo comparticipação financeiras das partes interessadas.

- Realizar o micro zoneamento das zonas algodoeiras e desenvolver material genético e outras tecnologias adaptadas às diferentes condições agro ecológicas e sócio económicas.
- Testar abordagens tecnológicas de maior produtividade e adaptadas às diferentes condições agro ecológicas, nomeadamente a mecanização e irrigação.
- Realizar pesquisa intensiva em temas agro técnicas e sócio económica do algodão geneticamente modificado com vista sua introdução e massificação.
- Desenvolver conhecimento e tecnologias para adaptação às mudanças climáticas na produção do algodão.
- Trocar experiências com outros Países em matérias de investigação de algodão.
- Consolidar eventos periódicos de coordenação, troca de informação e divulgação sobre a pesquisa e desenvolvimento da produção do algodão.

7.3.1.2. Actividades estratégicas para o resultado “sistema de sementes de algodão estabelecido e funcional”.

O subsector do algodão reconhece já há muito tempo, que um dos maiores nós de estrangulamento da sua produtividade é o uso de semente de baixa qualidade, daí que tenta desde 2002/2003 operacionalizar, e sem sucesso, um programa de sementes melhoradas. As recentes conclusões mostram que a tentativa de produção de sementes de algodão por empresas não especializadas, sem sensibilidade do aspecto técnico de produção de semente, levou ao reiterado fracasso deste esforço.

Enquanto isso, um mercado de cerca de 1,5 milhões de USD por campanha, está garantido através da actual área de cerca de 126 mil ha a 15 kg/ha de taxa de sementeira, com possibilidade de alargar o negócio até cerca de 2 milhões de USD, com o fornecimento de semente para cobrir uma área de produção de 200 mil ha, prevista até ao final do programa. Isto mostra que esta fraqueza do subsector é também uma oportunidade de negócio e que a sua resolução deverá resultar numa empresa com mercado, robusta, funcional e competitiva.

Uma empresa especializada em sementes deveria ser responsável pela recepção do material da investigação, produção, multiplicação e disponibilização de semente de qualidade para os actores do subsector, incluindo o cumprimento rigoroso dos padrões de sementes no que tange a rotação de categorias de sementes, podendo a empresa envolver produtores autónomos e associações para produção de semente por contrato.

Assim, a principal aposta do subsector nesta componente, prende-se com a criação/estabelecimento de sistema de produção e processamento de semente do algodão, ancorado numa empresa especializada, e financiamento para o seu funcionamento e desenvolvimento. Estes desafios, centram-se no financiamento de infra-estruturas, aquisição de equipamento necessário de processamento, tratamento, embalagem e acondicionamento da semente, aplicação de capital inicial de funcionamento e treinamento de pessoal especializado.

As actividades estratégicas para estes resultados são:

Estabelecimento de uma empresa para produção e processamento da semente do algodão, mediante estudo de viabilidade técnico financeira.

Construção de uma infra-estrutura de raiz (escritórios, armazéns e banco de germoplasma) para o seu funcionamento.

Aquisição de equipamento de processamento, secagem, tratamento, embalagem, conservação e controlo de qualidade da semente.

Reajuste da legislação algodoeira para valorização da semente no âmbito da disponibilização de insumos aos produtores familiares.

Produção de semente de qualidade directa ou por contrato, até a satisfação das necessidades nacionais.

Aquisição de insumos e factores de produção (sementes básicas e pré-básicas, kit de pesticidas, Micro-ulvas / pilhas, botas, máscaras, alfaias agrícolas, fertilizantes entre outros).

Contratação e/ou capacitação / treinamento do pessoal especializado em técnicas e métodos de produção de semente do algodão.

Supervisão e monitoria internas, pelo IAM, das actividades relativas aos campos de produção e multiplicação de semente.

Envolver inspectores especializados do Serviço Nacional de Semente (SNS) para o acompanhamento, inspecção e certificação dos campos de produção de semente.

Divulgação de informação relevante e organização de eventos visando a coordenação e troca de experiência intra e inter-regional sobre o desenvolvimento da produção local de sementes.

7.3.1.3. Actividades estratégicas para o resultado “produtores e técnicos do algodão formados em boas práticas e manejo integrado da produção do algodão”.

A produtividade do algodão revelou um aumento, da média de cerca de 300 Kg/ha dos anos 90 para cerca de 500 kg/ha actuais; entretanto, registam se casos positivos como por exemplo, a região Centro do País alcançou em média o intervalo de 600 a 800 Kg/Ha. Infelizmente, os bons níveis de produtividade da região Centro do País, não estão a migrar para as regiões Norte e Sul, pelo contrário, mesmo no Centro nota-se nova tendência de baixar.

Novas análises apontam que os produtores não têm estado a adoptar tecnologias mais produtivas, por falta de acesso a estas e por ineficiência das redes de fomento do algodão. Assim, através desta componente, pretende-se aumentar o conhecimento e habilidades que os produtores e técnicos do algodão têm sobre a cultura.

As principais matérias a serem ministradas iriam incidir sobre boas práticas agrícolas como organização e aprovisionamento da produção; agro técnica no algodão (sementeiras, desbastes e sachas); agricultura de conservação; sistemas de cultivo ao exemplo de cultivo em faixas, rotação e consociação de culturas; factores de aumento de produtividade como tracção animal, moto cultivadores, tractores e alfaias; manejo integrado de pragas; colheita e separação de qualidades, comercialização e economia do algodão. Para operacionalizar esta componente foram identificados cinco eixos de intervenção a saber:

- a) Estabelecimento de programa de formação e difusão de tecnologias atrás alistadas (por província/região). Estes programas irão funcionar como referência regional, provincial para produção de algodão em Moçambique. Aqui o desafio centra-se na identificação de instituições de formação técnico profissional a hospedar o programa, o desenvolvimento do programa, módulos, conteúdos, manuais e a formação especializada e regular de formadores.
- b) A produção, divulgação e multiplicação de manuais, brochuras, vídeos e outro material de vulgarização de mensagens técnicas. Para o caso específico da divulgação dos vídeos, opta-se pela utilização de viaturas multi-média, com equipamento audio-visual necessário para esta actividade. Em paralelo, as viaturas multi-média transmitiriam mensagens de interesse sócio económico no âmbito das campanhas de prevenção e controle de doenças, e das actividades de governação e etc.
- c) A Montagem e massificação de campos de treinamento sobre diversas tecnologias conforme descrito acima, com base na metodologia escola na machamba do produtor (“Farmer Field School –FFS”). Cada campo de FFS terá em média 4 ha, onde, por método empírico de comparação 2 ha seriam

para demonstrar novas tecnologias ora promovidas e os outros 2 ha para produção usando os métodos tradicionais. Um mínimo de 2000 campos de FFS seria estabelecido nas diversas zonas algodoeiras, de forma a criar rápido impacto. A essência desta componente seria no maneo integrado da cultura do algodão incluindo a cobertura fitossanitária e colheita do algodão caroço. Estes campos serão apoiados por rede de centros de conhecimento do algodão a estabelecer pelo IAM em cada um dos distritos maiores produtores do algodão, neste momento em número de 20.

- d) Apoiar o movimento associativo, através de treinamento em matérias de associativismo, gestão, criação de micro empresas, crédito, micro-seguro e de assuntos transversais (meio ambiente, género, HIV/SIDA e outras doenças endémicas).
- e) Apoiar as comunidades agricultoras, associações, empresas e instituições do subsector a endereçarem equidade do género e adoptar tecnologias, práticas e procedimentos que favoreçam grupos desfavorecidos como mulheres, velhos, deficientes, portadores do vírus e doentes de HIV/SIDA.

As actividades estratégicas para estes resultados são:

Desenvolvimento de programa de formação (módulos, conteúdos, manuais, etc) e difusão de tecnologias para aumentar o conhecimento e habilidades que os produtores e técnicos do algodão têm sobre as boas práticas agrícolas.

Identificação de instituições de formação técnico profissional a hospedar os programas.

Formação e reciclagem especializada de formadores.

Divulgação e multiplicação de manuais, brochuras, vídeos e outro material de vulgarização de mensagens técnicas.

Aquisição de equipamento, livros e outros materiais necessários para os cursos de formação.

Aquisição de viaturas multi-média, equipadas de videoprojector, tela de projecção, gerador entre outros acessórios necessários para esta divulgação dos vídeos de mensagens técnicas e de interesse sócio económico.

Estabelecimento de centros de conhecimento e difusão de tecnologias do algodão em 20 distritos prioritários.

Envolver, de maneira crescente e paulatina a extensão pública, na assistência aos produtores de algodão, crescendo paulatinamente até à cobertura total de produtores do algodão pela extensão.

Estabelecimento de campos de treinamento sobre boas práticas agrícolas, com base na metodologia de Maneio Integrado da Cultura e de escola na machamba do produtor (“Farmer Field School - FFS”).

Treinamento dos produtores em matérias de associativismo, gestão, criação de micro empresas, crédito, micro-seguro e em assuntos transversais.

Formação sobre gestão de esquemas de crédito.

Promoção da equidade do género no meio rural produtor de algodão.

7.3.1.4. Actividades estratégicas para o resultado “aumentada a capacidade dos actores na produção do algodão, através de técnicas de aumento de produtividade da mão-de-obra”.

Nesta componente o subsector visualiza três eixos de intervenção, designadamente:

- a) AumentodeÁreasdeProduçãodeAlgodãoporFamíliaepromoçãoda produçãooalgodãoemmoldescomerciais.

Embora o subsector tenha conhecido um crescimento de área por família de cerca de 0,4 ha para cerca de 0,7 ha, esta área continua muito aquém do tamanho razoável para libertar recursos financeiros suficientes para uma família média de 5 membros. Por consequência, o subsector tem como desafio o aumento da área média de produção de algodão por família, dos actuais 0,7ha para um mínimo de 2 ha, até o término do programa.

A estratégia a adoptar para o aumento das áreas médias de produção, passa necessariamente pelo investimento na massificação de equipamento e instrumentos de mecanização e trabalho do solo, para produção de algodão. Isto implica disponibilização de moto cultivadores, tracção animal multi-espécie e multi-operação, de tractores e respectivas alfaias, tudo antecedido de análise de viabilidade e de adaptabilidade às condições solo climáticas e sócio económicas.

Por outro lado, a implementação desta abordagem passa necessariamente pela promoção de provedores de serviços de trabalho da terra e outras operações culturais, que serão produtores modelos e/ou comerciantes locais, a serem munidos/financiados com os meios acima referidos, para prestarem serviços aos produtores, nas comunidades em sua volta.

A meta nesta componente é ressuscitar e multiplicar o grupo de produtores comerciais, chamados produtores autónomos, de forma a crescerem até alcançar 50% de participação na produção nacional.

b) Aumentar o rendimento de algodão caroço por unidade de área

O aumento de produtividade do algodão de cerca de 300 Kg/ha de média dos anos 90 para cerca de 500 Kg/ha de média actuais, mostra-se insatisfatório. Neste eixo, o desafio é incrementar rendimentos por unidade de superfície, dos actuais 500kg/ha de algodão caroço, para uma média de cerca de 1000 kg/ha até o final de implementação do programa.

Em paralelo com melhorias na disciplina agro - técnica, o subsector deverá adoptar, de maneira criteriosa e judiciosa, elementos de intensificação agrícola sustentável, com destaque para introdução e massificação de material genético moderno, compostagens e incorporação de matéria orgânica no solo, tratamento químico alargado e eficiente contra pragas, uso selectivo de fertilizantes e irrigação onde for possível.

Em relação ao uso massivo e adequado de pesticidas na produção do algodão, que se revela grande eixo de intervenção para aumento de rendimento, o programa contempla estabelecimento de incentivos de seu uso criterioso, que se caracterizem por premiar em termos de preço, aos produtores que consigam demonstrar ligação directa entre aumentos conjugados de produção e de qualidade ao uso de pesticidas.

A adopção destas medidas demanda uma produção mais organizada e concentrada, de tipo produção em blocos, onde a assistência técnica contínua garantiria a judiciosidade da escolha de elementos de intensificação e momentos de sua aplicação. Tudo deverá ser feito com benefícios tanto para a melhoria da renda do produtor como para o equilíbrio do ecossistema das áreas de produção.

De forma a assegurar o fornecimento atempado e em quantidades suficientes de insumos e serviços, a promoção de provedores de insumos e de serviços igualmente deve ser privilegiada para o sucesso desta abordagem. Pensa-se que os provedores, deverão servir uma média de 400 produtores em seu redor. Pelo menos 300 provedores seriam promovidos neste programa.

Tanto para o eixo referido na a) como o referido na b), a produção em blocos parece aquela que abre espaço para acompanhamento competente em ambiente de intensificação.

c) Reforço da infra-estrutura de microfinanças para produtores de algodão

Os pequenos produtores de algodão, que por sinal constituem mais de 95% da massa produtiva desta cultura no País, tem recebido, de forma informal, empréstimos em

espécie e em valor monetário, das empresas algodojeiras que os assistem. Infelizmente, as empresas não têm capacidade suficiente, tanto em know-how, como em recursos financeiros, para atender a demanda de um número elevado de produtores que encontram seu meio de subsistência nesta cultura.

A atribuição de empréstimo / adiantamento para os produtores de algodão, quer em espécie quer em recursos financeiros é criticamente importante para garantir o cumprimento das operações culturais em tempo oportuno, uma das principais condições para o incremento da produtividade e da produção desta cultura. Por outro lado, o acesso a micro finanças contribui igualmente para o incremento das áreas de produção por família.

Como forma de viabilizar esta componente são propostos 2 cenários, cujo princípio de funcionamento e interligação da infra-estrutura de empréstimo, acesso aos meios / insumos e beneficiários seria o mesmo, diferindo apenas na entidade gestora de fundos.

No cenário 1, a entidade gestora dos fundos é a empresa de fomento, beneficiando aos produtores, diferentemente do cenário 2, em que a responsabilidade de gestão recai sobre a Unidade Autónoma de Gestão de Micro Finanças (UAGM), com um Conselho Directivo, composto por empresas algodojeiras, sector público (numa fase inicial), Provedores Locais e Produtores.

Seriam considerados como potenciais beneficiários dos empréstimos, os produtores com área mínima de 2 ha de produção de algodão, com espírito empreendedor, idóneos, capazes de cumprir com o itinerário técnico de produção, com as obrigações contratuais e com interesse no cultivo de algodão por um período não inferior a 3 campanhas consecutivas.

Numa primeira fase, é proposta para operacionalização desta iniciativa, a implementação do cenário 1, que permite o desenvolvimento institucional das empresas de fomento nesta matéria, as quais já têm um relacionamento histórico com produtores da sua área de promoção de algodão. Porém, numa fase posterior, e em linha com o pensamento de eventual liberalização do subsector, o cenário 2 seria implementado paulatinamente, na fase de expansão do programa.

O financiador/doador através do IAM canalizaria fundos à entidade gestora. Esta última, interviria na disponibilização do empréstimo / adiantamentos sob forma de insumos, meios de produção, recursos financeiros e/ou serviços.

O sucesso destes cenários passa necessariamente pela realização de um estudo de base sobre micro finanças rural nas zonas algodojeiras e definição dos papéis dos diferentes actores do subsector; aplicação de taxas de juro relativamente mais

atractivas que as taxas praticadas actualmente no mercado ou, na melhor das hipóteses, um serviço micro financeiro que apenas cobra custos administrativos e a indexação da desvalorização da moeda; reforço das parcerias com provedores de insumos e de serviços ao nível das zonas algodoeiras; a capacitação das empresas a curto e médio prazos em gestão de empréstimos, tanto provendo equipamento informático e os respectivos aplicativos, como formando o pessoal a envolver na gestão do esquema.

Propõe-se que esta iniciativa seja implementada de forma piloto por um período de 2 campanhas, em número limitado de regiões algodoeiras. Em função dos resultados, das lições aprendidas e do aperfeiçoamento a operar o mesmo seria expandido para as restantes zonas algodoeiras.

a) As actividades estratégicas para aumento de áreas de produção de algodão por família e para promoção da produção do algodão em moldes comerciais são:

Integrar culturas alimentares nos sistemas de produção do algodão através da agricultura de conservação e do cultivo em faixas.

Promover e consolidar a coordenação entre os intervenientes da cadeia de mecanização agrária.

Promover investimentos na massificação de equipamento e instrumentos de mecanização.

Estabelecer parque de máquinas adequadas às zonas específicas com potencial de produção de algodão.

Estabelecer esquemas de aprovisionamento de animais e implementos para tracção animal em zonas com condições agro-ecológicas favoráveis.

Desenhar e implementar acções de treinamento de tractoristas, mecânicos e formadores de tracção animal.

Capacitar/ treinar os produtores avançados na área de mecanização agrícola.

Identificar e preparar blocos e áreas de concentração para produção do algodão.

Formação e reciclagem de produtores em agro negócio.

As actividades estratégicas para aumento de rendimento por unidade de área são:

Introduzir e fiscalizar a obrigatoriedade de uso de semente certificada no fomento do algodão.

Realizar formação para melhoria de produção e produtividade do algodão.

Massificar a compostagem e incorporação de matéria orgânica nos solos.

Promover, de maneira judiciosa, a expansão e massificação do uso de insumos diversos (fertilizantes, etc), tomando em conta o aumento da produção, a viabilidade técnico-financeira, e a sustentabilidade económica e ambiental.

Identificar e promover provedores de insumos e serviços de apoio agrícola aos produtores.

Desenvolver incentivos para aumento de tratamentos do algodão por pesticidas, através de aprovação de pacotes mínimos, código de conduta no fomento do algodão.

Promover o acesso atempado e a preços acessíveis, de insumos de produção.

As actividades estratégicas para Micro finanças são:

Realizar estudo de base e de viabilidade para o estabelecimento de esquemas de micro finanças rurais nas zonas algodoeiras.

Fazer estudo de caracterização específica do sistema de micro finanças para o subsector do algodão.

Desenvolver a infra-estrutura de micro finanças, incluindo capacitação das empresas para provisão profissional deste serviço ao produtor.

Estabelecer esquemas de leasing para investimentos em máquinas e equipamento diverso.

Estabelecer parcerias com banca privada para inovação financeira, incluindo estabelecimento de fundos de garantia para investimentos em irrigação e mecanização da produção do algodão.

Desenvolver e operacionalizar esquemas de seguro agrícola no algodão.

7.3.1.5. Actividades estratégicas para o resultado “práticas de melhoria e separação de qualidades, a nível da produção e da comercialização do algodão caroço, adoptadas”.

Sendo o algodoeiro cultura industrial, as diversas fases da cadeia do algodão influenciam positiva ou negativamente na qualidade do produto final. As operações de colheita, armazenamento do algodão-caroço e o beneficiamento, têm crucial importância para a obtenção do algodão de boa qualidade.

Partindo do conhecimento de duas naturezas da qualidade de fibra do algodão, nomeadamente as características tecnológicas da fibra (comprimento, uniformidade do comprimento, finura, resistência, maturação e brilho, cor, elasticidade, aderência, etc.), são denominadas também por características intrínsecas, e via regra estão incorporadas na intersecção entre factores genotípicos e fenotípicos. Enquanto as características extrínsecas (dano por insectos, influência das condições de colheita, armazenamento e beneficiamento) que dependem do grau da contaminação do produto, envolvendo: penas, folhas, plástico, poeiras, sementes de plantas daninhas, humidade excessiva, etc, constituem a parte mais fácil de controlar, porque depende dos cuidados do manuseador.

Enfoque, no âmbito deste resultado, será a melhoria de características extrínsecas, com destaque para redução da contaminação da fibra, que por vezes atinge nível tão sério, que os produtores, empresas e o País perdem dinheiro e confiança, resultado de clientes estarem a imporem redução de preço do produto e circulação de informação sobre descrédito do algodão do País no mercado internacional.

Em vista a melhorar a separação de qualidades e elevar o desempenho geral do País nesta matéria, o subsector desenvolveu procedimentos específicos, que foram discutidos e concordados entre os actores. Estes distinguem responsabilidades entre os vários actores da cadeia. As medidas reconhecem 5 nós de potencial contaminação de qualidade, que deverão ser endereçados pelas actividades de melhoramento de qualidade, nomeadamente: colheita, secagem, ensaque, compra, transporte e desensaque para sucção, já na fábrica de descaroçamento.

As actividades estratégicas para viabilizar a qualidade do algodão são:

Consolidar os consensos existentes em manual de procedimentos para melhoria e separação de qualidades do algodão para produtores, comerciantes e fábricas de descaroçamento (neste caso procedimentos no descaroçamento).

Com base no manual, treinar produtores, empresas e fábricas de descaroçamento sobre qualidade e sua adequada separação.

Adequada calendarização dos mercados e seu cumprimento, incluindo os procedimentos prescritos no regulamento para a cultura do algodão, criação e manutenção de sinalização de qualidade nos sacos, separação no manuseamento (armazenamento, ensaque, venda, transporte, formação de lotes e sucção para descaroçamento) e obrigatoriedade de reclassificação do algodão caroço pré-sucção nas fábricas.

Incorporar o aspecto de separação de qualidade na rotina de extensão rural;

Treinamento de todo o pessoal envolvido, tanto técnico como logístico, administrativo e fabril na fase pré-mercados.

Disponibilizar, para todos os mercados de comercialização, caixas de padrões do algodão caroço.

Introduzir sistema de rastreio pós-venda do algodão caroço, permitindo introduzir medidas premiação e de desencorajamento de práticas perniciosas para a qualidade.

Avaliar a viabilidade de introdução de mais classes de algodão caroço para além das duas que estão em uso actualmente.

Introduzir descrição/caracterização textual das classes, indicando um eventual ponto de rejeição, caso o algodão esteja demasiadamente deteriorado.

Reciclar os classificadores para que liderem actividades de melhoria e separação de qualidades do algodão.

7.3.1.6. Actividades estratégicas para o resultado “mecanismo de fixação de preço mínimo do algodão caroço em melhoria contínua”.

A fixação do preço mínimo de compra do algodão caroço ao produtor a vigorar em cada campanha, é da responsabilidade dos órgãos competentes, sob proposta do IAM – Instituto do Algodão de Moçambique, conforme o artigo 6 do Decreto nº. 8/91 de 23 de Abril do Conselho de Ministros. A alínea f) do artigo 3 do Estatuto Orgânico do Instituto do Algodão de Moçambique – Decreto nº. 7/91, também de 23 de Abril indica que compete ao IAM propor os preços de algodão caroço que vigoram em cada campanha e zelar pelo seu cumprimento.

Para minimizar a discrepância entre o preço fixado e a dinâmica das variáveis preço internacional e taxa de câmbio, o preço fixava-se na véspera da comercialização, em Abril/Maio de cada ano. Esta prática, fazia com que o produtor realizasse uma campanha inteira (da preparação da terra à colheita) sem conhecer o preço que iria receber pelo seu algodão.

De modo a colmatar esta situação foi adoptado o princípio de marcação do preço em duas fases sendo uma em Outubro/Novembro (antes da sementeira) denominado preço indicativo e outro preço mínimo oficial, em Abril/Maio de cada ano, este que é aprovado pelas autoridades competentes.

O preço provisório ou indicativo para a compra do algodão caroço é dado a conhecer aos produtores em Novembro de cada ano e é ajustado antes do início da comercialização da respectiva campanha.

A marcação do preço obedece a um processo negocial e participativo, em que as partes devem concordar na fórmula e no preenchimento das variáveis da fórmula, concordando num preço consensual que depois segue o roteiro de aprovação oficial durante o qual poderá sofrer reajustes que as autoridades acharem bem relevantes. Assim, o roteiro é:

Durante a Reunião Anual do Subsector Algodoeiro, organizada pelo IAM, na presença de representantes de todos os actores do subsector algodoeiro, normalmente em Outubro/Novembro de cada ano, perspectivar a campanha e discutir os problemas do sector, em especial negociar o preço indicativo do algodão, que é anunciado antes da sementeira, sem seguir o roteiro de sua aprovação oficial.

Em reunião especialmente convocada para negociação do preço mínimo, em Abril/Maio do ano seguinte, sob presidência da Direcção máxima do MINAG, as partes, empresas algodoeiras aglutinadas na Associação Algodoeira de Moçambique (AAM) e os produtores, através de seu grémio, o Fórum Nacional de Produtores do Algodão (FONPA) negocea-se a proposta do preço mínimo, partindo do preço indicativo.

As novas negociações, em reunião aberta, apreciam a evolução das variáveis do preço no intervalo de Outubro/Novembro anteriores à época de Abril/Maio, verificando necessidade de reajuste do preço, tanto a partir de indicadores matemáticos e objectivos, como por relevância subjectiva que for concordada nas negociações. Como princípio, estabelece-se que o preço mínimo a ser concordado nesta reunião não deverá ser inferior ao preço indicativo. Este que orientou toda uma campanha do produtor.

Depois deste exercício, através de canais oficiais, o MINAG submete a proposta de preço mínimo ao órgão competente para aprovação. Face à extinção da Comissão Nacional de Salários e Preços (CNSP), órgão competente para aprovação do preço até a campanha 2005/2006, esta responsabilidade compete ao Conselho de Ministros, que aprecia o assunto depois que é recomendado pela Comissão Interministerial de Preços.

A negociação do preço é baseada no critério de paridade, que tem em vista uma partilha “justa” da receita bruta potencial do algodão (fibra e semente) entre as partes (produtores e empresas) competindo a cada parte gerir os custos de produção de modo a garantir renda e lucros sustentáveis.

Os desafios continuam a ser a volatilidade do preço internacional e da taxa de câmbio USD/Mt, principais variáveis para o estabelecimento do preço doméstico, o limitado conhecimento do processo pela maioria de produtores, a incapacidade das empresas para agir de maneira profissional no mercado internacional e a limitada receita potencial, objecto de partilha.

As actividades estratégicas para melhoria do mecanismo de preço ao produtor são:

Fazer estudos para consolidar o mecanismo e a fórmula de preço mínimo;

Evoluir a variável preço internacional para além do Index A, substituindo-o por média ponderada das vendas reais da fibra moçambicana ou por preço a garantir através de acordos com Países ou grémios de industriais em Países importadores.

Realizar acções de mobilização para que empresas paguem cada vez mais acima do preço mínimo aprovado.

Divulgar massivamente o processo de fixação do preço mínimo.

Educar as partes sobre processo de transferência do preço internacional para o doméstico e a conseqüente fixação do preço mínimo.

Promover a melhoria dos termos de parceria produtor – empresa de fomento.

Desencorajar a venda de algodão caroço ao exterior, impondo a necessidade de descaroçamento prévio, desencorajando imediatamente o contrabando transfronteiriço do algodão caroço.

7.3.1.7. Actividades estratégicas para o resultado práticas de gestão sustentável de recursos naturais nas zonas algodoeiras adoptadas e em uso.

As actividades para este resultado irão centrar-se na implementação do estudo sobre Plano de Gestão e Quadro de Monitorial Ambiental nas Zonas Algodoeiras, produzido em 2006, nomeadamente:

- Desenho e implementação dos planos de gestão ambiental nas unidades industriais de beneficiamento do algodão e armazéns de pesticidas;
- Implementar projectos de:
 - Prevenção e controlo de erosão, desmatamento e queimadas descontroladas nas zonas de produção do algodão;
 - Promoção de uso e manuseamento seguro de pesticidas, incluindo armazenamento, cuidados no uso, lavagem de equipamento de pulverização e uniformes, descarte de embalagens e etc.
 - Prevenção da contaminação de cursos de água, flora e fauna bravia, assim como saúde humana e de animais domésticos, durante o uso de pesticidas;

- Programas de conservação de água e solos nas zonas algodoeiras (com destaque para agricultura de conservação), minimizando o impacto da agricultura itinerante.

7.3.2. Actividades estratégicas para o objectivo “melhorar o comércio e marketing do algodão moçambicano e seus sub-produtos”

7.3.2.1. Actividades estratégicas para o resultado “sistemas e procedimentos internacionais de classificação da fibra adoptados a nível nacional”.

A classificação do algodão é o processo de descrever e certificar a qualidade comportada num lote de fibra do algodão, portanto é a base para negociações e realização de transacções comerciais da fibra. Moçambique continua a classificar e transaccionar seu algodão na base de classificação manual visual, o que, por um lado, não permite descrever com acuidade as características da fibra e por elas cobrar aos compradores e, por outro lado, põe o País sob risco de um dia não poder vender sua fibra para o mercado internacional.

Aliás, a classificação manual visual é centrada nas competências e atenção humana, tende a ser mais subjectiva e respondente a factores subjectivos da natureza humana. A comparabilidade dos resultados da classificação manual visual é questionável. A repetibilidade dos resultados de classificação manual visual é tão difícil que não se mostra relevante tentar fazer.

Das discussões dentro do subsector, foi consenso que o País deve modernizar o seu sistema de classificação e comércio para adequá-lo aos padrões internacionais. Com efeito, o IAM iniciou com um processo ambicioso de modernização, em termos infra estruturais e de equipamento, que está a meio caminho e carece de consolidação. Finalmente, falta transformar a parte operativa, o verdadeiro sistema como conjunto de padrões, procedimentos, práticas.

As actividades estratégicas para a classificação da fibra são::

Consolidar o reajuste infra estrutural das salas de classificação para adequá-las aos padrões internacionalmente estabelecidos.

Equipar as salas de classificação com instrumentos de classificação automática;

Adoptar os padrões e procedimentos internacionalmente concordados no âmbito da Padronização da Classificação Instrumental do Algodão (SITC).

Treinar os classificadores das salas nacionais em uso, manutenção e reparação de instrumentos de classificação automática.

Consolidar a cooperação com o Centro Regional de Testagem do Algodão para a África Austral e Oriental.

Aderir ao mecanismo de troca de amostras (round tests) e de certificação internacional de laboratórios em curso no mundo, para aumentar a credibilidade dos resultados dos testes.

Integrar os resultados da classificação instrumental no sistema de contratação modelo em uso no País.

Treinar o pessoal comercial das empresas algodoeiras e de análise económica de contratos de exportação em comércio da fibra do algodão com base nos resultados da classificação instrumental.

Divulgar os procedimentos de classificação e de certificação das salas e laboratórios de fibra no mercado internacional.

7.3.2.2. Actividades estratégicas para o resultado “normas internacionais de enfardamento e etiquetagem do algodão adoptados pelas fábricas nacionais de descaroçamento do algodão”.

Depois que descaroçado o algodão, a fibra é acondicionada em fardos, especialmente adoptados para facilitar o transporte e manuseamento da fibra, das fábricas de descaroçamento até às indústrias têxteis.

A nível internacional, o Comité Internacional Consultivo do Algodão desenvolveu procedimentos e normas para enfardamento do algodão. Infelizmente, o País continua com enfardamentos díspares, resultantes de capacidades diversas das máquinas de prensagem adstritas às fábricas de descaroçamento.

Outra razão da diversidade do enfardamento é a diversa idade das fábricas de descaroçamento, onde cada fábrica era adquirida com prensa de capacidade que prevalecia na altura de sua fabricação. Com efeito, neste momento o sistema internacional concordou em padronizar os fardos às medidas de 220 Kg, com

dimensões de 1,060 mm de comprimento, 530 mm de largura, 780 mm de espessura e uma densidade de 500 Kg/m³.

Em relação à etiquetagem, o País adoptou critérios de etiquetagem, através dos quais o fardo deve comportar certas informações mínimas úteis para o comprador. A nível internacional, a etiquetagem foi igualmente harmonizada por padrões concordados, incluindo a inscrição e codificação destes elementos por código de barras. Em Moçambique não há ainda empresa alguma que adoptou estes procedimentos.

As actividades estratégicas para o enfardamento e etiquetagem do algodão são:

Aprender dos padrões internacionais e adaptar à realidade nacional.

Divulgar os padrões de enfardamento e etiquetagem adoptados pelos operadores.

Apoiar o reajuste de equipamento de enfardamento e etiquetagem.

Desencorajar o uso de material de embalagem que contamine a fibra do algodão.

Adoptar procedimentos e critérios de etiquetagem.

Treinar o pessoal das fábricas de descaroçamento no manuseio do equipamento de enfardamento e etiquetagem.

7.3.2.3. Actividades estratégicas para o resultado “informação sobre a qualidade e padrões sócio-ambientais de produção do algodão em Moçambique sistematizadas e em permanente divulgação”

O algodão em Moçambique é produzido de maneira ambientalmente sã e sem dúvidas que o receio de uso de mão-de-obra infantil, que no passado pairou sobre o subsector, neste momento está ultrapassado. Por outro lado, a produção do algodão em Moçambique é feita como instrumento de geração de renda e em condições de competitividade livre, ao contrário de Países que suportam seus produtores por subsídios.

Estas duas verdades comportam um grande potencial de acesso preferencial a mercados mais remuneradores de tipo negócio justo e “Iniciativa Melhor Algodão”, todas em curso a nível internacional.

As actividades estratégicas para o sistema de informação do algodão são:

Aprender dos processos em curso a nível internacional para acesso a mercados preferenciais.

Produzir material de divulgação destes processos para partilhar com actores nacionais.

Sistematizar informação estatística e qualitativa de produção do algodão nacional e compilar relatórios de campanha e temáticos.

Divulgar relatórios através de publicações físicas e virtuais, neste caso através da página de internet do IAM.

Aderir a redes e alianças sub-regionais, regionais, continentais e globais sobre o algodão, com destaque para a iniciativa Moçambique, Zâmbia, Zimbabwe e Malawi para o algodão (MOZAZIMA); Associação Africana do Algodão; Comité Internacional Consultivo do Algodão; assim como manter-se junto às plataformas multilaterais negociais para divulgação das vantagens e condições de produção do algodão moçambicano.

7.3.2.4. Actividades estratégicas para o Resultado “ligação comercial entre as empresas produtoras moçambicanas e os compradores finais da fibra e seus subprodutos estabelecidos”.

Os instrumentos normativos vigentes no País para a comercialização e exportação da fibra, asseguram a venda da fibra nacional a preços não inferiores ao índice A, indicador que, embora tenha sido convencionado como referência internacional, representa a média de cinco cotações mais baixas da fibra do algodão, do universo de 18 bolsas que cotam algodão no Mundo Isto significa que, infelizmente, o País não tem conseguido bónus ou prémio acima daquela referência, o que seria de esperar, considerando a qualidade da fibra nacional.

Quase que a totalidade da fibra nacional é vendida em lotes pequenos e individualmente, a intermediários comerciais internacionais e não a industriais de fibra, como consequência, não há ligação comercial, comunicação e retro - alimentação entre o produtor e os utilizadores da fibra. Assim, as medidas organizacionais tomadas pelo País não respondem a necessidades específicas dos industriais.

De igual maneira, as empresas nacionais importam consumíveis de suas operações em pequenas quantidades, de fornecedores diversos, sem partilha de informação sobre fornecedores e muito menos agrupar as suas necessidades para procurar desconto de quantidade ou de escala.

Nesta componente, o subsector aponta para o estabelecimento de um sistema de comercialização da fibra moçambicana de maneira selectiva e inteligente. Para o efeito, prevê-se agregar virtualmente, os volumes totais produzidos no País e identificar mercados mais remuneradores, que de consumidores finais e industriais têxteis, podendo até ser através de intermediários, desde que com aumento dos ingressos

para o País e para os produtores nacionais, quiçá, aproximando os últimos, cada vez mais à direita da cadeia de valores.

Dentre as formas para alcançar este desirato, propõe-se o estabelecimento de uma empresa de comercialização do algodão nacional (diga-se “Mozambique Cotton Corporation / Trader”), a ser estabelecida e comparticipada pelo sector privado algodoeiro nacional, e o sector público se necessário, que tenha missão específica, conforme alistado acima. A empresa poderá adquirir a produção, caso o produtor assim o deseje, como também poderá operar em regime de comissão sobre as vendas, mantendo por consequência o interesse de aumentar o valor da transacção, porque será dele que ela obterá a sua receita, sob forma percentual.

Este mecanismo não significará, de nenhuma maneira, a proibição de venda de algodão de maneira independente; entretanto, para que o País não seja lesado pela venda independente, o preço de referência, abaixo do qual os contratos não serão homologados para exportação, passará a ser o oferecido por esta empresa, sempre superior que o Index A. Assim, ou a empresa independente alcança os mínimos da trader, ou entrega a produção para que a trader venda pela empresa produtora.

Esta abordagem de integração comercial mostrou comportar receios, essencialmente centradas na dúvida se as empresas participadas por comerciantes multinacionais, teriam ou não interesse de aderir a este esquema. Na verdade, todos os accionistas das empresas algodoeiras apresentaram-se no País como investidores, apresentaram projectos para tal, requereram autorização de investimentos e obtiveram facilidades aduaneiras e fiscais, porque o País estava na expectativa de empresas viáveis, receitas para o país em divisas e melhoria de balança de pagamentos, por consequência, não pode fazer sentido que alguma empresa apresente resistência ou receios sobre proposta que vise aumentar a facturação, pelo menos foi este o consenso público sobre esta matéria.

As actividades estratégicas para integração comercial são:

Prevenir e controlar o contrabando do algodão caroço junto á fronteira com países do interland.

Promover a qualidade do algodão moçambicano para melhoria de sua imagem no mercado internacional.

Identificar mercados de fibra mais remuneradores, através de acordos de parceria económica com Países têxteis, ou confederações de empresas / associações têxteis, para melhorar o preço por tonelada de fibra.

Estabelecer um sistema de comercialização da fibra de uma maneira selectiva e inteligente.

Promover o estabelecimento de uma empresa de comercialização da fibra do algodão nacional e para importação de insumos para o subsector do algodão.

Melhorar a recolha e divulgação de informação de mercados.

Promover a marca “made in Mozambique” do algodão no mercado internacional;

Capacitar técnicos do IAM e das empresas em procedimentos e regras de comércio internacional do algodão.

7.3.2.5. Actividades estratégicas para o resultado “mecanismos de gestão de choques de clima e crises de mercado do algodão estabelecidos e operacionais”.

O negócio do algodão tem-se caracterizado por incertezas ao nível de receitas, tanto das centenas de milhares de produtores como das empresas de fomento e do País como um todo, devido fundamentalmente a grandes choques de clima (ocorrência severa e moderada de secas, cheias e variação de temperaturas) e crises de mercado (flutuações de preço internacional e da taxa de câmbios), que agregados e considerados durante a negociação, tendem a baixar o preço mínimo, reduzem as receitas aos produtores, tornam as empresas instáveis e, por consequência, diminuem o papel da cultura nos esforços de luta contra a pobreza. Aliás, esta preocupação é extensiva a outros produtos do sector agrário, particularmente aqueles fortemente integrados no mercado internacional.

Efectivamente, esta realidade não é exclusiva de Moçambique, tanto que outros Países, sobretudo Africanos, enfrentam problemas similares. Estes Países, em conjunto, têm procurado resolver este problema, e, recentemente, foi recomendada a adopção de instrumentos de gestão de riscos baseados no mercado.

O IAM tem estado a trabalhar com parceiros para endereçar este problema e nesta altura paira um grande optimismo sobre possível estabelecimento de instrumentos de gestão de riscos que estejam baseados no mercado.

As actividades estratégicas para sistema de gestão de risco na produção do algodão são:

Diagnosticar e caracterizar os riscos prevaletentes e as condições relacionadas para desenho do mecanismo de gestão de riscos no sector agrário em geral e no algodão em particular.

Diagnosticar a rede de postos agro-climatológicos nas zonas algodoeiras e adensar a rede, assegurando pelo menos uma estação em cada um dos distritos prioritários para produção do algodão.

Formar grupo de instituições relevantes para participação contínua no desenho e formulação do mecanismo de gestão de choques e crises no algodão.

Fazer estudo de viabilidade técnico-financeira para estabelecimento do mecanismo de gestão de choques e crises no algodão.

Treinar pessoal relevante, com destaque para os membros do grupo de gestão de risco, em instrumentos baseados no mercado, para gestão de riscos no algodão.

Propor necessidade e influenciar o processo de reajuste do quadro institucional, de políticas e legislativo para que se adeque ao funcionamento do mecanismo de gestão de choques e crises nas zonas algodoeiras.

Desenvolver e implementar instrumentos baseados no mercado, de gestão de riscos climáticos e de mercado no algodão e disponibilizar para os produtores e empresas.

7.3.3. Actividades estratégicas para o objectivo “promover a agregação de valor, através da revitalização da indústria têxtil e relançamento do processamento dos produtos e subprodutos do algodão”.

7.3.3.1. Actividades estratégicas para o resultado “investidores para agro-processamento do algodão atraídos e estabelecidos”.

É importante notar que, o aumento da contribuição do algodão na luta contra a pobreza absoluta e na economia nacional passa necessariamente pela industrialização de fibra, da semente e de outros subprodutos. Neste aspecto, afigura-se de capital importância a fiação e tecelagem da fibra, a produção de algodão hidrófilo para fins hospitalares, a prensagem de óleo alimentar, a produção de sabão, o aproveitamento do bagaço para suplementos alimentares pecuários, o aproveitamento da fibrilha e etc, para todos os casos considerando tanto grandes unidades de processamento, como pequenas fabriquetas.

À excepção da actividade de prensagem de óleo para fins alimentares, as outras actividades de acréscimo de valor no algodão não acontecem no País, devido essencialmente à desestabilização económica que seguiu à independência nacional, ao envelhecimento tecnológico e de tempo das unidades fabris, de deficiente gestão que caracterizou estas unidades nos últimos anos de seu funcionamento e a ausência de abordagens promocionais específicas para estas indústrias. Assim, no âmbito do presente programa, esta componente terá enfoque e maior dedicação nas seguintes sub-componentes:

a) Indústriatêxtil

A importância da indústria têxtil (fiação, tecelagem, acabamento têxtil e de confecções), assim como seus problemas, estão articulados na respectiva estratégia superiormente aprovada (Resolução 46/2008 de 3 de Dezembro), como tal, este documento não precisa voltar a detalhar esses elementos. A revitalização da indústria têxtil prende-se com o desenvolvimento de instrumentos de operacionalização do desiderato da estratégia da indústria têxtil e de confecções, de incentivos ao investimento. Entretanto, o aproveitamento de incentivos passa pela aprovação de um instrumento compacto, que sirva de referência única do investidor, assim como pelo desenvolvimento de novas infra-estruturas para as fábricas têxteis, a serem feitas pelo sector público, para acelerar o estabelecimento do investimento em equipamento e operacionalização da indústria, pelo privado. Como tal, as medidas futuras deverão contemplar incentivos adicionais para atrair e fixar investimentos nestas áreas.

A prioridade desta sub-componente será inicialmente a transformação da fibra em fio, isto é, a fiação, para exportação e sempre que se mostrar viável abastecer a indústria nacional de tecelagem. Assim, espera-se que a produção de fios acrescente o valor à fibra que actualmente é totalmente exportada, em bruto, devido ao colapso das fábricas têxteis.

b) Produção de Gaze e outro Algodão Hospitalar

O desenvolvimento de infra-estruturas para processamento do algodão para fins hospitalares visa suprir as necessidades deste produto para as unidades sanitárias nacionais, para o qual o País gasta avultadas somas em divisas na sua importação. Por outro lado, o subsector produz anualmente volumes enormes de algodão de baixa qualidade, que é vendido localmente para as estofarias ou exportada a baixo preço. Assim, o aproveitamento de incentivos previstos na estratégia da indústria têxtil bem como a existência de mercado nacional para gazes hospitalares seria uma grande alavanca para atracção de investidores privados.

Nos últimos anos, muitos são os interessados em investir nesta área, principalmente nas províncias de Nampula e Sofala. Em relação à Nampula, propõe-se o aproveitamento do pacote de incentivos da zona de desenvolvimento acelerado de Nacala, onde além da proximidade do porto, oferece acesso a serviços de comunicação e garantia de energia eléctrica com qualidade, da rede nacional.

c) Produção de óleos e sabões

O subsector do algodão liberta anualmente mais de 50 mil toneladas de semente, das quais, cerca de 48% destina-se à indústria nacional de óleos e sabões bem como para a exportação em bruto. Note-se que a capacidade nacional de processamento da semente é ainda limitada, levando a sua exportação sem acrescentar o valor ao produto. Entretanto, o Plano de Acção para a Produção de Alimentos, aprovado pelo

Governo em 2008, prevê, de entre várias acções, o aumento da produção de óleo alimentar para reduzir as importações que se situam actualmente em 32 mil toneladas, sendo a semente do algodão contribuinte na produção deste alimento.

No âmbito deste programa, o subsector pretende aumentar a disponibilidade de matéria-prima para as indústrias de óleos, sabões e de rações, devendo reduzir a exportação da semente antes do seu processamento. Espera-se igualmente, que os recursos financeiros e tecnológicos do sector privado, quer nacional, quer estrangeiro, sejam direccionados para aumento da capacidade de processamento local da semente do algodão.

As actividades estratégicas para a agregação de valor do algodão são:

Identificar e eliminar as falhas de mercado através do fortalecimento da integração entre a produção, comercialização e indústria de fiação, de óleos e sabões bem como algodão hospitalar, através de análises especializadas.

Identificar e caracterizar mercados de nicho assim como facilidades tarifárias existentes a nível da região e internacional para exportação de produtos têxteis.

Caracterizar as facilidades e incentivos para a indústria de agregação de valor do algodão e divulgá-los em compacto único.

Atracção de investimentos privados para reactivação e desenvolvimento de unidades têxteis para processamento da fibra de algodão.

Desenvolver parcerias técnico-financeiras com países detentores de competências para áreas de fiação e tecelagem e facilitar a importação e adopção destas pelo sector privado nacional, convista a competitividade da indústria têxtil.

Facilitar formação especial em matérias de processamento do algodão de técnicos moçambicanos nos países detentores de tecnologias.

Desenvolver componentes da indústria têxtil, em complemento ou suplemento de cadeias de valor de maneira sinérgica com Países amigos.

Participar, em conjunto com MIC e CPI, no desenvolvimento de naves industriais para estabelecimentos de unidades de fiação, tecelagem e confecções, no âmbito da estratégia específica.

Promover unidades de extracção primárias de óleos e produção de sabões junto dos produtores do algodão e garantir matéria-prima para as unidades de maior dimensão de produção de óleos, sabões e ração.

Quantificar as necessidades do País e da sub região de MOZAZIMA em termos de gases hospitalares assim como quantificar a disponibilidade de matéria prima no País e na região, evoluindo em consequência para identificação e apoio ao

estabelecimento de unidades de produção de algodão hospitalar, que sejam sensíveis às necessidades dos Países MOZAZIMA.

Coordenação entre os actores relevantes da cadeia de acréscimo de valor do algodão.

7.3.4. Actividades Estratégicas para o objectivo “adequar o quadro político - institucional e a capacidade dos actores da cadeia de valor do algodão para actuação à altura da dinâmica a criar”.

7.3.4.1. Actividades estratégicas para o resultado “consolidado mecanismo de revisão participativa e periódica do quadro de políticas, estratégias, legislação e arranjo institucional, adequando-os à dinâmica do subsector”.

O subsector do algodão caracteriza-se por uma consistente cultura de diálogo, já histórica, mantendo mecanismos de coordenação efectiva entre os actores público, comercial e sector familiar. Estes mecanismos são:

O Conselho Geral do IAM, órgão criado por Decreto 7/91 de 23 de Abril, que entretanto não o confere muito espaço operacional de governação do IAM, limitando-se a processos consultivos contínuos, que felizmente têm estado a surtir efeitos. Embora não tenha estado a reunir-se regularmente por causa da distância que separa os membros deste órgão, ele assegura encontros sempre que se mostra necessário.

A Reunião Técnica Anual, que concentra os gestores das operações agronómicas do processo de promoção da cultura. Nela, os quadros técnicos fazem intercâmbio entre eles e juntos com as instituições de investigação, e empresas de provisão de bens e serviços, com destaque para as fornecedoras de pesticidas.

A Reunião de Negociação de Preço Mínimo do Algodão Caroço, que acontece uma vez por ano, em Abril de cada ano, mostrou ser instrumento importante, pelo menos para apropriação do processo de fixação do preço mínimo e redução de desconfianças e conflitos em volta do preço mínimo.

A reunião de Balanço Anual do Subsector, que resgata o decurso da última campanha, debate os constrangimentos, aprende das lições organizacionais do processo, para orientar as intervenções na campanha seguinte.

Não obstante dispor de mecanismos participativos históricos, o subsector carece ainda de consolidação, basicamente em resultado da permanente mudança do ambiente

internacional e doméstico, que condiciona a cultura. Por outro lado, os mecanismos de consulta instituídos não esgotam a necessidade de maior participação na governação institucional.

As actividades prioritárias para revisão participativa e periódica do quadro de políticas para o algodão incluiriam:

Verificar a eficácia dos mecanismos existentes de governação institucional e sub sectorial e propor reajustes que se mostrem necessários.

Submeter os instrumentos organizacionais do subsector a interrogação e actualização, nomeadamente o estatuto orgânico do IAM (Decreto 7/91, de 23 de Abril), o quadro normativo geral para a cultura do algodão (Decreto 8/91, de 23 de Abril), o regulamento para a cultura do algodão (Diploma Ministerial Nr. 91/94, de 29 de Julho), o regulamento interno do IAM e o quadro de pessoal do IAM (Diploma Ministerial Nr. 77/2001, de 23 de Maio).

Institucionalizar a participação de todos os actores nos ciclos e processos decisores do subsector.

Encaminhar propostas de reajustes concordados para aprovação superior.

Implementar as reformas operacionais que forem concordadas na revisão do arranjo institucional e regulamentar do subsector.

7.3.4.2. Actividades estratégicas para o resultado “capacitados os actores de interesse comum da cadeia de valor, nomeadamente IAM, AAM e FONPA”.

O ambiente de paz e harmonia que se vive no subsector assenta não só na funcionalidade do IAM, como órgão público que regula o subsector, mas também devido à existência de duas instituições, embora muito frágeis, nomeadamente o Fórum Nacional dos Produtores do Algodão (FONPA) e a Associação Algodoeira de Moçambique (AAM).

A continuada estabilidade do subsector dependerá parcialmente do crescimento que os grémios terão, para responderem à demanda de membros que tenderão a crescer a cada dia. A manutenção da relevância destes grémios estará directamente ligada à resposta que estes grémios puderem dar às preocupações de seus membros em matérias de interesse comum que, via regra, é aquela em que a resposta individual se mostra mais cara e ineficiente, portanto trata-se de respostas a questões difíceis.

As actividades prioritárias para capacitação de actores de interesse comum centrar-se-ão em:

Realizar análise institucional para fins de diagnóstico do estágio actual, expectativas dos membros e caracterização de apoio institucional para que os grémios respondam à demanda de seus membros.

Compilar programas de apoio separado (FONPA e AAM) para reforço da capacidade organizacional e interventiva de produtores e de empresas de fomento e descaroçamento.

Assegurar assistência para desenvolvimento organizacional dos grémios.

Avaliar se ao longo da cadeia de valor não haverá actores sem coordenação, por exemplo os sectores de fiação, tecelagem, confecções e propor formas de aumento de coordenação.

Identificar eixos de intervenção por lobbying e advocacia a favor da cadeia de valor e coordenar abordagem de intervenção para influenciar políticas e estratégias.

7.3.4.3. Acções estratégicas para o resultado “IAM ajustado (de ponto de vista organizacional, governativo e de presença no terreno) para assumir seu papel na promoção do algodão”.

O IAM foi criado em 1991, pelo Decreto no. 7/91, de 23 de Abril, do Conselho de Ministros que, determina, entre outras atribuições, o fomento da cultura do algodão. No entanto, o passado recente ditou que o IAM se transformasse numa unidade pequena e concentrada na formulação e implementação de políticas, de monitoria e regulação do mercado, com ténues actividades demonstrativas de inovações tecnológicas, deixando que o sector privado desenvolvesse as actividades promocionais do algodão.

A combinação entre o enfraquecimento das empresas de fomento e a fraca capacidade de resposta do IAM no âmbito do fomento, consubstanciada por uma estrutura técnica ausente ao nível dos distritos, tornam os produtores bastante vulneráveis e, praticamente, abandonados, sem apoio técnico desejado. Esta situação agrava-se nas zonas algodoeiras remotas ou com dificuldades de acesso, dificultando a provisão de insumos e assistência técnica.

Todavia, as empresas continuam a colocar insumos, embora em quantidade, qualidade e tempestividade que possam ser questionados. O que acontece a contento é a comercialização do algodão caroço, mas o papel desejado de fomento e de promoção da cultura ficou debilitado, sobretudo como consequência do longo período de campanhas caracterizadas por baixo preço decorrente da crise financeira mundial.

Adicionalmente, a disparidade dos pacotes tecnológicos e de seus preços ao produtor também influencia negativamente nos níveis de produção e produtividade alcançados.

Assim, a ausência de um mecanismo de aprovação anual destes pacotes e de seus custos se mostram prejudiciais para o desenvolvimento do sub sector.

Este último aspecto, aponta para a necessidade de uma discussão mais aberta dos pacotes tecnológicos para produção do algodão, envolvendo uma equipa multidisciplinar e a necessidade de verificação ou aferição dos respectivos custos ao produtor, confrontando este com toda a cadeia de sua provisão.

Em relação à qualidade, mostra-se necessário desenvolver mecanismos de incentivos para melhoria de qualidade de insumos, isto passará por incentivos e prémios de qualidade do algodão caroço.

Para implementação desta componente é proposta a capacitação institucional do IAM, de forma que este instituto assuma seu papel proactivo no fomento do algodão, particularmente presença permanente e intervenções activas no campo, durante a mobilização dos produtores, a vegetação da cultura, colheita e separação de qualidades, terminando na comercialização do algodão. Prevê-se que após recuperação dos níveis de produção, o IAM possa arrecadar/produzir receitas suficientes para sustentar a sua permanência no campo, como mecanismo de redundância, já que, nessa altura, o sector privado poderá voltar a liderar o subsector.

As actividades prioritárias para o ajuste do IAM são:

Reavaliar o arranjo institucional e as atribuições do IAM em vista a necessidade de prestação de serviços ao produtor, no local onde este se encontra.

Reavaliar adequabilidade da localização da Sede do IAM, tomando em linha de conta a concentração das zonas de produção do algodão.

Identificar distritos prioritários para o fomento algodoeiro e implementar actividades de apoio à produção, que se distingam pela sua qualidade.

Recrutar e formar técnicos de campo, para colocação em cada um dos distritos prioritários, para fomento algodoeiro.

Aquisição de meios circulantes e de comunicação audiovisual para os formação de produtores nos distritos seleccionados.

Estabelecer centros de conhecimento do algodão nos distritos prioritários, capacitando-os a ser centros de aprendizagem sobre o sistema de produção do algodão.

Estabelecer campos de produção modelo, estimados em 2 a 3 em cada um dos distritos prioritários, apontando simultaneamente produção familiar e empresarial, onde o modelo de alargamento de áreas, a intensificação sustentável da produção e a melhoria de produtividade seriam demonstrados com envolvimento directo do IAM.

Promover a produção de semente certificada do algodão, nos centros de conhecimento do algodão, incluindo modelos de produção por contrato.

Criar condições de habitação e de trabalho para os técnicos a recrutar nos distritos prioritários.

Criar mecanismos de aprovação anual de pacotes tecnológicos, assegurando uso judicioso de meios de controlo de pragas.

Realizar verificação anual do pacote tecnológico para produção do algodão, determinando a razoabilidade de seu custo.

Fazer cumprir, de maneira rigorosa, a legislação do algodão, com destaque para elementos técnicos como fecho de época.

Presidir e fiscalizar os mercados de comercialização do algodão caroço.

Facilitar e intermediar o diálogo entre os actores do subsector nos fóruns de consulta e de debates.

VIII. MECANISMOS DE IMPLEMENTAÇÃO DO SUB PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DA CADEIA DE VALOR DO ALGODÃO

A formulação do Sub Programa de Revitalização da Cadeia de Valor do Algodão em Moçambique requer escolhas certas, dentre as possíveis opções de desenvolvimento. Com efeito, este exercício foi realizado na base de larga consulta dos técnicos, produtores, utentes interessados e parceiros do sub sector do algodão a vários níveis, dentre central, provincial e nacional. Assim, este sub programa visa contribuir para melhorar a produção orientada ao mercado através de abordagem tridimensional de intervenções estruturadas do sector público e seus parceiros, visando o reforço da capacidade:

- d) Produtiva do pequeno produtor de subsistência para alcançar níveis de produtividade que assegurem renda familiar básica;
- e) Promover a revitalização e multiplicação do médio produtor para aumento de sua competitividade;

Investimento de grandes empresas agrícolas para realizar ligações de cadeia, incluindo mercados competitivos para colocação de factores e meios e recolha da produção.

Esta opção será alcançada através da prestação de serviços nucleares básicos à produção do algodão em todas as zonas com potencial de produção, serviços específicos e orientados a cadeia de valor, nas zonas de concentração ou distritos prioritários e ligações comerciais também em todo o País.

O sucesso do presente programa dependerá do mérito dos seus objectivos, resultados e actividades, em grande parte. Igualmente importante para o sucesso do presente sub programa será o envolvimento do sector privado na sua implementação, sabido que é que algodão é uma cadeia agro-industrial e agro negócio, movido pelo capital e lucro.

Os eixos centrais dos serviços públicos no âmbito deste sub programa continuam alinhados com o Documento do Conceito e Estratégia da Revolução Verde em Moçambique, Plano Quinquenal do Governo, Plano de Produção de Alimentos, Plano Estratégico para Desenvolvimento do Sector Agrário, entre outros. Todos centrados no incremento do acesso dos produtores a sementes melhoradas e outros insumos, incrementar o uso da tracção animal multi-propósito e outras opções de força de tracção, incrementar o uso da água na produção agrícola, assistência ao desenvolvimento do processo auto-organizativo dos produtores, desenvolvimento de cadeia de valor do algodão.

O presente sub programa é um instrumento de operacionalização do Plano Estratégico do Sector Agrário, que sua vez implementa o compacto do Programa Compreensivo para desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP), da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África, programa da União Africana.

Assim, de maneira específica, as opções de desenvolvimento da cadeia de valor do algodão são:

1. O Sub programa de Revitalização da Cadeia de Valor do Algodão é um instrumento que ilumina as acções e intervenções para rápido aumento da produção nacional do algodão, como tal, endereça não só as actividades a serem desenvolvidas directamente pelo sector público, como também orienta, de maneira estratégica, as acções dos produtores, sejam eles familiares e comerciais, assim como as organizações de ajuda ao desenvolvimento, dentre parceiros de desenvolvimento e ONGs.
2. Os eixos de intervenção pública, no âmbito deste Sub programa serão de aumentar a disponibilização de serviços de apoio à produção do algodão, como por exemplo a extensão rural, as sementes melhoradas, terras irrigadas, mecanização, ligações comerciais para entrega de insumos e recolha da produção. Entretanto, o IAM como tal não assumirá actividades de carácter comercial, mas sim, os investimentos acima referidos terão como meta apoiar e encorajar o estabelecimento e consolidação do sector privado.
3. O grupo alvo da estratégia está estratificado em três níveis, sendo:
 - a. Produtor de subsistência, para o qual IAM aposta em fornecer meios ou serviços de aumento de produtividade, insumos melhorados e serviços de extensão para reforçar a sua capacidade produtiva, endereçando a geração da renda, transformando-o paulatinamente de familiar para pequeno e médio produtor.
 - b. Maiores dentre pequenos – apoiar a sua inovação tecnológica e realização de investimentos em meios de produção, para passarem a médios e atingirem produção crítica, endereçando claramente mercados locais e longínquos, nestes casos com recurso e agentes de facilitação de ligações comerciais. Estes médios produtores apoiariam também, no período pós-liberalização, produtores familiares em sua volta.
 - c. Grandes empresas - apoiá-las a revolucionar a produção, provendo serviços e factores para preparação e trabalho da terra, insumos, assim como para endereçarem mercados locais e de exportação (basicamente nas zonas de

concentração), incluindo ligações comerciais para os pequenos produtores acederem a mercados.

4. O apoio aos pequenos produtores endereçando aumento da renda será actividade de cobertura geral, em todas as áreas existam produtores interessados, incluindo as chamadas zonas de baixo potencial. O apoio aos maiores dentre pequenos e as grandes empresas – será para as zonas de concentração, nomeadamente os distritos prioritários.
5. O método de extensão preferencial será a extensão participativa, incluindo a baseada na comunidade, onde, o próprio produtor, desempenhará papel na transmissão de pacotes tecnológicos, gerados também numa base participativa. Instrumentos como escola na machamba do camponês, dia de campo, facilitador comunitário e etc serão privilegiados, mas outros métodos de extensão não serão excluídos do processo, dentre estes, o de ensinar fazendo pelo extensionista, a implementar nos centros de conhecimento do algodão e aprender fazendo, a implementar pelo produtor nas escolas dos produtores na machamba. Todas estas abordagens desempenharão papel importante no processo.
6. É assumido o mecanismo de coordenação intersectorial para desenvolvimento da cadeia de valor do algodão, integrando, para além do IAM/MINAG, o MIC, MF, MTC e MOPH, para além dos actores privados para seguimento do plano de acção da cadeia de valor do algodão, de bens e serviços para acelerar o crescimento da produção desta cultura e das indústrias relacionadas.
7. Do ponto de vista de factores, IAM/MINAG promove o uso de insumos de produção diferenciando: a aplicação de insumos para correcção de factores críticos que limitam a produção (correcção do factor mínimo) aplicável em todo o território nacional, desde que sensível à realidade solo climática de cada região; assim como a aplicação de pacotes intensivos agregando vários insumos, apenas nas zonas de concentração ou distritos prioritários, com potencial de retorno em termos de aumento da produção pela aptidão de solos e disponibilidade de humidade. O uso intensivo de insumos será em zonas específicas, bem controladas, com boa assistência ao produtor e garantia de resposta/retorno pela cultura e pelo mercado - zonas de concentração ou distritos prioritários.
8. IAM / MINAG adopta tecnologias intermédias de produção que, ao mesmo tempo que aumentam a produtividade, aligeiram o esforço do produtor. Com efeito, o produtor familiar de enxada de cabo curto será motivado a se converter, crescendo paulatinamente e saindo da enxada para tracção animal / motocultivador e o detentor de tracção animal passará, a longo termo, para tractor.

9. IAM / MINAG mantêm seu papel de agente público de promoção do subsector, como tal com responsabilidade de criação do ambiente favorecedor através da definição de políticas, estratégias, regulação, monitoria e avaliação, assim como coordenação intersectorial para criação de infra estruturas e facilidades diversas para o sector privado. Entretanto, deverá realizar co-investimentos de activação do sector privado, onde se mostrar relevante, com destaque para as zonas de concentração ou distritos prioritários, baseado na abordagem de parceria “público – privado”, endereçando a criação de infra-estruturas e equipamentos, para iniciar processos como industrialização diversa e acesso a mercados remuneradores.
10. A produção concentrada, em blocos ou em manchas comunitárias, permitirão melhorar a assistência técnica, modelos mais intensivos de produção, integrar culturas alimentares em regime de rotação, criação de condições para crescimento de provedores comunitários, assim como permitirá o uso eficiente de investimentos como irrigação e parques de máquinas especializadas.

IX. NECESSIDADES ORÇAMENTAIS

A estimativa de implementação do programa acima apresentado, com duração prevista de 10 anos, aponta para um orçamento de 65 milhões de USD.

Subdividindo este orçamento pelas componentes, seria cerca de 4,2 milhões para a componente de investigação do algodão de excelência, 1,7 milhões para a componente de desenvolvimento do sistema de sementes do algodão; 6 milhões para a componente de capacitação dos produtores e técnicos em opções de aumento de produtividade e eficiência na produção do algodão; 28 milhões USD para a componente de apoio a capacidade de produção de algodão; 1,1 milhões de USD para a componente de integração comercial e aumento da competitividade internacional e local do algodão; 4,5 milhões de USD para a componente de promoção da industrialização local da fibra e subprodutos do algodão, 15,3 milhões de USD para o reforço da capacidade de actores de interesse comum. Os detalhes da proposta orçamental do presente sub programa, são apresentados na tabela abaixo.

Deste montante, 50.900.000,00 USD espera-se que seja mobilizado a partir dos parceiros de cooperação, para implementação através do sector público, no montante de 23,7 milhões de USD; crédito ao sector privado, 23 milhões de USD; ajuda através das associações, cerca de 4,2 milhões de USD. Ao mesmo tempo, o Governo de Moçambique irá contribuir com cerca de 5,05 milhões de USD, podendo a sua entrega ser em dinheiro ou em género. Finalmente, o sector privado terá igualmente uma comparticipação na ordem dos 4,85 milhões de USD.

No âmbito da preparação para implementação deste subprograma, está prevista a preparação de documento operacional, com envolvimento de peritos específicos para as diferentes áreas do subprograma. Por consequência, o orçamento descrito acima é indicativo, uma programação orçamental mais circunstancializada será preparada.

Tab. 3: Necessidades orçamentais do programa

Item	Componentes	Necessidades Totais (USD)	Comparticipações (USD)				
			Solicitado dos parceiros para implementação via			GoM	Sector Privado
			Serviço público	Associações	Sector privado		
1	Investigação do Algodão	4,200,000.00	3,000,000.00	-	-	1,000,000.00	200,000.00
2	Desenvolvimento do Sistema de Sementes do Algodão	1,700,000.00	600,000.00	-	1,000,000.00	50,000.00	50,000.00
3	Treinamento Massivo de Produtores e Técnicos	6,000,000.00	3,000,000.00	1,000,000.00	-	500,000.00	1,500,000.00
4	Apoio ao Aumento de Capacidade de Produção	28,000,000.00	3,000,000.00	2,000,000.00	20,000,000.00	1,000,000.00	2,000,000.00
5	Melhorar o comércio do algodão	1,100,000.00	-	100,000.00	500,000.00	-	500,000.00
6	Industrialização	4,500,000.00	3,000,000.00	100,000.00	500,000.00	500,000.00	400,000.00
7	Reforço da capacidade dos actores chave	15,300,000.00	11,100,000.00	1,000,000.00	1,000,000.00	2,000,000.00	200,000.00
Total		60,800,000.00	23,700,000.00	4,200,000.00	23,000,000.00	5,050,000.00	4,850,000.00

X. PROJECCÃO DO IMPACTO DA IMPLEMENTAÇÃO DO SUB PROGRAMA

Impacto económico

Os investimentos projectados para revitalização da cadeia de valor do algodão, de 60,00 milhões de dólares norte americanos, em 10 anos, deverão resultar num impacto económico agregado, dentro do mesmo período, de:

3. Receita adicional ao nível do produtor, resultante da venda do algodão caroço - 11,424,372,000.00 Mt;
4. Receita adicional agregada para o País de 610,204,000.00 USD, resultante da venda de fibra - 538,440,000.00 USD e da venda de semente do algodão para fins industriais - 71,764,000.00 USD.

Conforme apresentado na tabela 4, conclui-se que um investimento de 60 milhões de dólares gera uma receita de 10 vezes mais, dentro do mesmo período, o que representa capacidade de reembolso do investimento, para além de criar condições para manutenção dos mesmos índices de crescimento por mais tempo, significando multiplicação do investimento a fazer, por maiores coeficientes.

Tab. 4 - Projecção de receita adicional para o produtor e para o País resultante do investimento na RCVA

ano	Prod. A. Caroço (ton)	Receita do produtor (Mt)	Diferencial (Mt)	Fibra (tons)	Receita da fibra (USD)	Diferencial (USD)	Semente para óleo (tons)	Receita da semente (USD)	Diferencial (USD)
2010 (base)	41,000.00	492,000,000.00	-	15,580.00	23,370,000.00	-	16,400.00	3,280,000.00	-
2011	70,200.00	842,400,000.00	841,908,000.00	26,676.00	40,014,000.00	39,522,000.00	28,080.00	5,616,000.00	5,124,000.00
2012	75,800.00	909,600,000.00	909,108,000.00	28,804.00	43,206,000.00	42,714,000.00	30,320.00	6,064,000.00	5,572,000.00
2013	83,400.00	1,000,800,000.00	1,000,308,000.00	31,692.00	47,538,000.00	47,046,000.00	33,360.00	6,672,000.00	6,180,000.00
2014	91,700.00	1,100,400,000.00	1,099,908,000.00	34,846.00	52,269,000.00	51,777,000.00	36,680.00	7,336,000.00	6,844,000.00
2015	100,900.00	1,210,800,000.00	1,210,308,000.00	38,342.00	57,513,000.00	57,021,000.00	40,360.00	8,072,000.00	7,580,000.00
2016	111,000.00	1,332,000,000.00	1,331,508,000.00	42,180.00	63,270,000.00	62,778,000.00	44,400.00	8,880,000.00	8,388,000.00
2017	124,300.00	1,491,600,000.00	1,491,108,000.00	47,234.00	70,851,000.00	70,359,000.00	49,720.00	9,944,000.00	9,452,000.00
2018	139,200.00	1,670,400,000.00	1,669,908,000.00	52,896.00	79,344,000.00	78,852,000.00	55,680.00	11,136,000.00	10,644,000.00
2019	155,900.00	1,870,800,000.00	1,870,308,000.00	59,242.00	88,863,000.00	88,371,000.00	62,360.00	12,472,000.00	11,980,000.00
			11,424,372,000.00			538,440,000.00			71,764,000.00

Impacto em termos de políticas do subsector

A implementação do subprograma de revitalização da cadeia de valor do algodão deverá acelerar os resultados previstos no âmbito da Reflexão sobre Modelos de Fomento do Algodão, aprovado pelo Governo em 2008. Com efeito:

A organização de produtores em associações e consequente fortificação deste movimento, através de aglutinação em fora e federações, permitirá a este grupo de actores intervir de maneira organizada, competente e em defesa de seus interesses durante as negociações do pacote de insumos e seu custo, assim como na venda de algodão, podendo ser em caroço ou em fibra.

A capacitação de produtores e sua transformação em produtores comerciais autónomos, permitirá multiplicação desta classe interventiva, que se espera também sirva para prestação de serviços de produção ao sector familiar em sua volta. A diversificação de opções de descaroçamento e promoção do acréscimo de valor localmente, permitirá disponibilidade de alternativas de mercado para o produtor familiar.

O desenvolvimento de provedores comunitários de insumos, assim como de serviços financeiros, levará até as áreas algodoeiras insumos e a crédito seguro, estes que não tenham como contrapartida a venda do algodão resultante.

A capacitação do IAM para assumir seu papel no fomento e na assistência técnica aos produtores, pelo menos dos distritos prioritários, assim como o envolvimento da extensão pública na assistência técnica ao algodão, irá, paulatinamente, aliviar as empresas algodoeiras da custosa actividade de enquadramento e assistência ao produtor.

Estes impactos constituem a lista de condições indispensáveis para que o algodão seja promovido por métodos competitivos e coerentes com a orientação macro económica do País, conforme o documento de Reflexão sobre Modelos de Fomento do Algodão. Por consequência, o presente sub programa servirá para criar condições necessárias para futura liberalização.

XI. SISTEMA DE MONITORIA E AVALIAÇÃO

A monitoria deste sub programa será na base de uma matriz de implementação, a ser construída a partir dos objectivos, resultados e actividades. A matriz deverá contemplar a orçamentação, a definição de indicadores de progresso e de impacto, a definição de prazos de entrega de resultados, assim como a responsabilização institucional na implementação das actividades preconizadas.

A implementação, a monitoria do progresso e a avaliação do impacto do subprograma serão modular, que podendo coincidir com um ou mais objectivos, resultados, actividades estratégicas. Assim prevê-se:

Realização de estudo sócio económico de base nas zonas algodoeiras, logo no arranque do sub programa, podendo ser por amostra.

Monitoria de progresso através de elaboração e produção de relatórios de progresso de actividades no âmbito do balanço do PES e anual financeiro.

Realização de avaliações de meio-termo (depois de 5 anos) e de fim do programa (no final do 10º ano).